



O BRASIL DOS AGROCOMBUSTÍVEIS

SOJA MAMONA 2 0 0 9

Impactos das lavouras
sobre a terra, o meio e a sociedade

 **Repórter Brasil**

Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis
ONG Repórter Brasil

www.agrocombustiveis.org.br

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
SOJA	
Capítulo_1 Biodiesel e hegemonia da Soja	6
Caso <i>BR-158 desponta como nova rodovia da soja</i>	9
Capítulo_2 Impactos Trabalhistas e Socioeconômicos	12
Caso <i>Agricultura familiar do Sul</i>	15
Capítulo_3 Impactos Ambientais	16
Caso <i>Sojicultor ameaça Parque das Emas, em Goiás</i>	22
Capítulo_4 Impactos Fundiários	24
Caso <i>Sobreviventes do massacre constroem alternativas em Corumbiara</i>	30
Capítulo_5 Impactos sobre Indígenas	32
Caso <i>Povo Paresi: os índios sojeiros do MT</i>	35
Capítulo_6 Considerações Finais e Recomendações	38
MAMONA	
Apresentação	40
Capítulo_1 A Mamona e o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel	42
Capítulo_2 Impactos da Mamona e do PNPB na Agricultura Familiar	49
Caso <i>A Mamona na Bahia</i>	51
Capítulo_3 Considerações Finais e Recomendações	54
NOTAS	56

APOIO



Solidaridad

COLABORARAM PARA A REALIZAÇÃO DESTE RELATÓRIO

Associação Indígena Halitinã
 Blog De Olho no Tempo
 Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Araguaína (TO)
 Comissão Pastoral da Terra (CPT) - São Felix do Araguaia (MT)
 Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-BA)
 Operação Amazônia Nativa (Opan)
 Parque Nacional das Emas - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
 Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira (MT)
 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (Sedam)

EXPEDIENTE

**O Brasil dos Agrocombustíveis:
Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio
e a Sociedade - Soja e Mamona 2009**

ONG REPÓRTER BRASIL

Coordenação geral

Leonardo Sakamoto

Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis

Autores

Marcel Gomes (Coordenador)

Antonio Biondi

Thaís Brianezi

Verena Glass

Projeto gráfico e Diagramação

Gustavo Monteiro

Fotos

Equipe Repórter Brasil

Arquivo/Ministério dos Transportes (pág. 9)

Leonardo Melgarejo (pág. 15)

Agência Brasil (págs. 16 e 46)

Raimundo Dima Lima/Sedam-RO (pág. 20)

Arquivo Museu do Índio/RJ (pág. 36)

Copyright ONG Repórter Brasil

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação, devendo citar fonte de referência.

Impresso no Brasil.

Distribuição gratuita.

Abril de 2009

APRESENTAÇÃO

Este quarto volume dos relatórios “O Brasil dos Agrocombustíveis - Impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade” inaugura o segundo ano de trabalho do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da Repórter Brasil. Dentro do objetivo de monitorar ano a ano os efeitos causados pelas culturas utilizadas na produção de agroenergia, dos pontos de vista social, ambiental, fundiário e trabalhista, lançamos nosso primeiro relatório de atualização, relativo às culturas da soja e da mamona.

Em 2008, o governo brasileiro e o empresariado nacional empreenderam esforços para consolidar o país como pólo produtor e exportador de agrocombustíveis. Nossas usinas de esmagamento de oleaginosas e de produção de biodiesel, além de terem se multiplicado, ainda estão subutilizadas. Não é infundada, portanto, a expectativa de expansão das lavouras ligadas à produção de agroenergia nem o temor de que se ampliem também os danos socioambientais decorrentes dela. Esperamos, portanto, que este relatório seja útil às pessoas, organizações e movimentos empenhados em implantar alternativas eficazes à exploração predatória.

No processo de elaboração deste relatório, a equipe do CMA-Repórter Brasil percorreu 21.400 quilômetros, por meio aéreo e terrestre. Estivemos em Goiás, estado onde ocorreu o caso mais grave de trabalho escravo na soja apurado em 2008 e no qual sojicultores desafiam normas ambientais no entorno do Parque Nacional das Emas; no Sudeste de Rondônia, vimos de perto o avanço da soja na floresta amazônica; na Bahia, conhecemos agricultores familiares do Semi-árido que têm na mamona uma fonte segura de renda; no Mato Grosso, percorremos a Terra Indígena Utiariti (MT), onde os Paresi plantam soja em grande escala, e percebemos como a chegada do grão valorizou terras e agravou conflitos fundiários ao longo da rodovia BR-158; e no Distrito Federal conversamos com gestores e lideranças do movimento social para entender melhor as modificações do Programa Nacional de Uso e Produção de Biodiesel (PNPB).

A seleção desses locais se deu a partir da lógica de complementação às áreas pesquisadas no ano passado, quando visitamos o Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará, Ceará, Bahia, Piauí e Maranhão, além do Paraguai, para a produção do primeiro relatório sobre soja e mamona. A nova missão a que nos propusemos não é fácil, porque diversos bancos de dados que subsidiam a análise dos impactos dessas culturas no Brasil não são atualizados anualmente. A lacuna por informações recentes é maior nos indicadores relativos à dimensão social.

Felizmente, apesar dessa dificuldade, conseguimos identificar fenômenos interessantes, graças especialmente às pesquisas de campo. Nas viagens deste ano, mais uma vez, contamos com a solidariedade e hospitalidade de organizações e movimentos parceiros, aos quais somos imensamente gratos. Também agradecemos a todos os entrevistados, especialistas, líderes sociais, pesquisadores e representantes do governo que nos forneceram dados valiosos. Por fim, expressamos nossa gratidão aos parceiros que permitiram a viabilização deste projeto: Fundação Doen, Cordaid e Solidariedad.



CAPÍTULO 1 BIODIESEL E HEGEMONIA DA SOJA

Desde o lançamento do primeiro relatório sobre a soja do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil, em abril de 2008, o mundo agrícola virou de pernas para o ar. A crise financeira internacional, a partir do segundo semestre do ano, reduziu o crédito disponível para os produtores brasileiros, dificultando o planejamento da safra 2008/09. O resultado é uma colheita estimada em 58,1 milhões¹ de toneladas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), volume semelhante ao período anterior, de 60 milhões de toneladas, segundo a própria Conab, ou de 57,8 milhões, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em termos de área, a Conab aponta que a produção da soja na safra 2008/09 manteve-se muito próxima em relação à anterior, avançando de 21,31 milhões para 21,56 milhões de hectares, ou 1,2% a mais. Os estados em que a cultura mais avançou em termos percentuais foram o Piauí (8,0%), Rondônia (6,2%) e Goiás (5,5%). Outros estados com extensões consideráveis de soja apresentaram altas menos expressivas, casos de Minas Gerais (3,7%), Santa Catarina (3,1%), Bahia (2,8%) e São Paulo (1%). Com relação aos três principais pólos, Mato Grosso, o maior produtor do país, teve alta de 5,68 milhões para 5,77 milhões de hectares (mais 1,7%), Paraná apresentou alta de 1%, chegando a 4,017 milhões, e o Rio Grande do Sul teve queda de 1,2%, recuando para 3,789 milhões de hectares. Outros estados produtores importantes também apresentaram queda na área plantada, como o Maranhão (- 7,3%), o Tocantins (- 4%) e o Mato Grosso do Sul (-0,9%).

A crise não foi capaz, porém, de conter parte dos investimentos que já estavam programados no setor do biodiesel no país, que, como se sabe, utiliza majoritariamente a soja como matéria-prima. Entre os meses de março de 2008 e de 2009, o número de usinas no país saltou de 51 para 65 unidades², elevando a capacidade nacional de produção em 23%, para quatro bilhões de litros por ano. É um potencial produtivo praticamente três vezes superior às necessidades impostas pelas leis no país, que exigem a mistura obrigatória de 3% de biodiesel ao diesel, e que ainda pode ser ampliado em 2009 - a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que regula esse mercado, analisa os pedidos para construção de oito novas usinas e a ampliação de outras quatro.

Tamanho apetite dos investidores pode ser explicado por dois motivos. O primeiro é que o setor empresarial aguarda ainda para o primeiro semestre de 2009 o

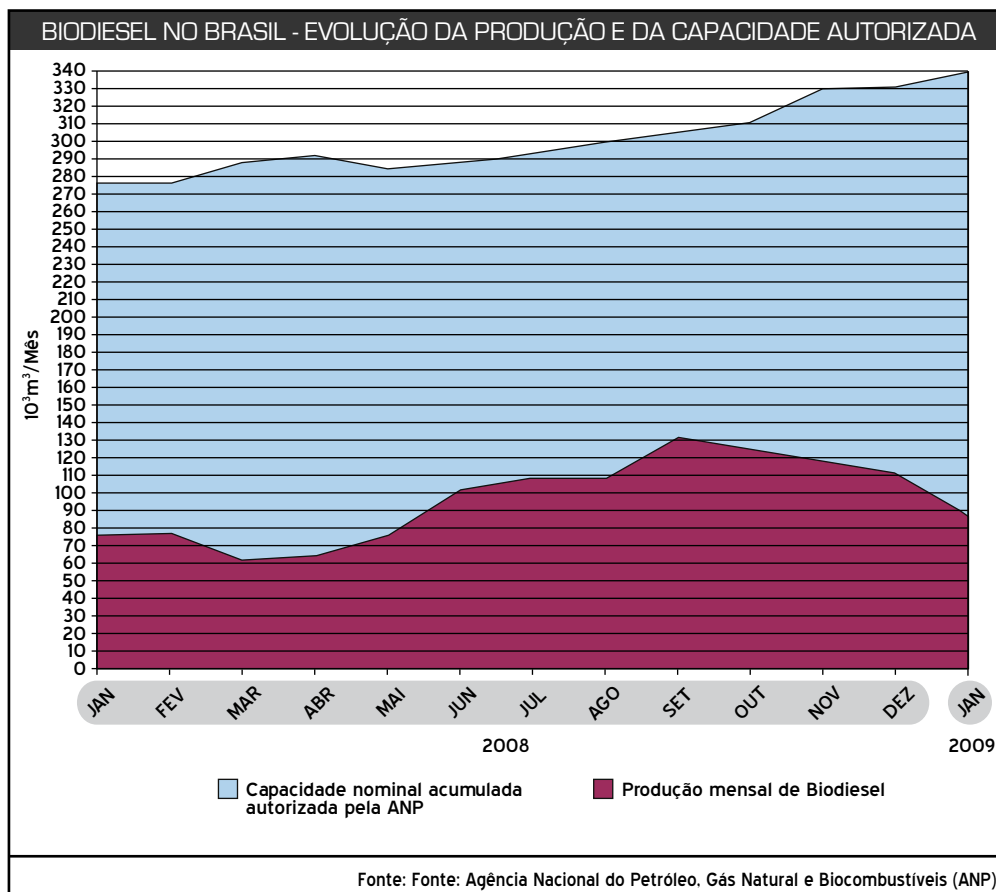
aumento da mistura obrigatória para 4%. Se adotada pelo governo brasileiro, isso criaria uma demanda trimestral próxima a 450 milhões de litros de biodiesel, acima dos atuais 330 milhões. O outro motivo é a expectativa de abertura dos mercados globais ao biodiesel, ainda pouco exportado pelo Brasil. Para empresários e o governo brasileiro, os agrocombustíveis são uma aposta no futuro pós-crise, quando se espera que os preços do petróleo voltem a subir e que as preocupações com as mudanças climáticas incentivem cada vez mais o uso dos agrocombustíveis.

A abertura dos mercados globais é uma das metas da política externa brasileira. Ao longo de 2008, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva firmou uma série de acordos bilaterais com outras nações, a fim de ampliar as possibilidades de exportação para o Brasil. No mês de novembro, quando o ambiente internacional já estava tumultuado pela crise financeira, o governo organizou em São Paulo a Conferência Internacional de Biocombustíveis, com a participação de dezenas de delegações estrangeiras. Na ocasião, Brasil e Estados Unidos ampliaram os termos do memorando de entendimento assinado por ambos em 2007, para contemplar novos acordos de cooperação científica, permitir projetos de desenvolvimento de usinas em nações da América Central, Caribe e África, e integrar os sistemas de processamento e distribuição de agrocombustíveis de cada país.

Em dezembro, durante a II Cúpula Brasil-União Européia, no Rio de Janeiro, a delegação brasileira incluiu novamente o tema nos debates e na declaração final do encontro. Além do presidente Lula, estiveram presentes o mandatário francês, Nicolas Sarkozy, e o presidente da Comissão Européia, o português José Manuel Durão Barroso. Conforme esse documento, a energia renovável é fundamental para o atendimento das necessidades de desenvolvimento sustentável no mundo, pois permitira a substituição da queima de combustíveis fósseis e a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa.

BRASIL - PRODUÇÃO DE SOJA (EM MILHÕES DE TONELADAS)										
1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008**
31,3	30,9	32,8	37,9	42,1	51,9	49,5	51,1	52,4	57,8	58,1
* Fonte: IBGE										
**Fonte: Conab										

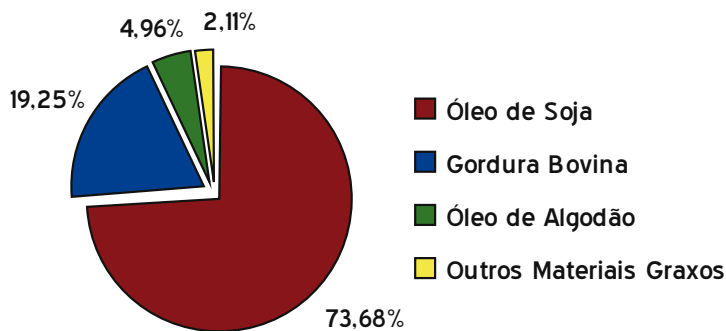
BRASIL - EXPORTAÇÃO DE SOJA EM GRÃO (EM MILHÕES DE TONELADAS)										
1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
9,2	8,9	11,5	11,6	15,9	19,8	19,2	22,4	24,9	23,7	24,4
Fonte: Abiove										



Caso parte desses planos se concretize, o Brasil pode se tornar um dos principais fornecedores de agrocombustíveis para o mercado internacional. E, no caso do biodiesel, restam poucas dúvidas de que a soja continuará sendo a principal matéria-prima utilizada. Com produção, infra-estrutura de distribuição e armazenamento em diversas regiões do país, o grão responde por algo entre 70% e 90% do biodiesel fabricado, a depender do mês de apuração. Além disso, o biodiesel de soja tem atendido mais facilmente às especificações químicas que permitem a mistura com o diesel de petróleo, ao contrário daquele produzido com mamona e gordura animal.

Essas vantagens podem fazer com que cada vez mais o biodiesel se torne um vetor importante para a expansão da soja no país. Atualmente, isso ainda não ocorre. A produção de 1,3 bilhão de litros de biodiesel por ano, necessária para garantir a mistura de 3%, exige o processamento anual de pouco mais de 4,5 milhões de tonela-

BRASIL - MATÉRIAS-PRIMAS USADAS PARA PRODUÇÃO DE BIODIESEL - FEVEREIRO DE 2009



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

das de soja, ainda pouco frente a uma produção de quase 60 milhões. Mas, se o cenário internacional se modificar e mais e mais nações se abrirem aos agrocombustíveis brasileiros, é necessário questionar quais impactos a expansão das culturas agrícolas trarão ao país. O avanço da soja não destruirá o Cerrado e a Amazônia? Trabalhadores rurais continuarão submetidos a regimes degradantes no campo? A democratização do acesso a terra continuará sendo um sonho? Os indígenas terão a chance de escolher entre sua cultura ou a cultura do agronegócio que cada vez mais adentra suas terras?

Até hoje, a equação que equilibra a expansão dos agrocombustíveis com desenvolvimento sustentável é alvo de disputas. O relatório "The State of Food and Agriculture 2008 - Biofuels: prospects, risks and opportunities", da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), reafirma o risco que o aumento dos preços das *commodities* agrícolas representa para a segurança alimentar, especialmente nos países que importam grande parte do alimento que consomem, como os africanos. O documento, divulgado em outubro de 2008, inclui a demanda crescente por agrocombustíveis como fator significativo para o encarecimento dos produtos agrícolas, mas destaca que ela pode representar também uma oportunidade de desenvolvimento rural para os países mais pobres, cujos principais beneficiados seriam os pequenos e médios agricultores.

Em sua tese de doutorado, o engenheiro Otávio Cavalett, pesquisador da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Universidade de Campinas (FEA/Unicamp), calculou que são necessários aproximadamente 5,2 m² ao ano de lavoura de soja para produzir um litro de biodiesel. Na prática, isso significa que foram usados cerca de 62 m² de área agrícola sempre que um caminhoneiro encher o tanque de seu veículo com 400 litros da mistura de 3% de biodiesel ao óleo diesel³. De acordo com o pesquisador, essa área seria suficiente para produzir 400 kg de tomate ou 14 kg de feijão. Não há elementos conclusivos, porém,

para se afirmar que a produção de agrocombustíveis esteja impactando as lavouras de alimentos no Brasil, país que ainda possui muitas terras produtivas sub-utilizadas (condição que o governo federal faz questão de propagar).

É difícil mensurar o efeito que a produção dos agrocombustíveis exerce sobre o preço dos alimentos, uma vez que outras variáveis ajudam a explicar a valorização dessas *commodities*, como o aumento do consumo de carne na China⁴, que impulsiona a demanda por soja e milho. Segundo análise do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro⁵, a relação de causalidade entre maior demanda por agrocom-

combustíveis e alimentos mais caros tende a ser mais evidente no médio e longo prazos: se cada vez mais terras forem ocupadas com lavouras destinadas à indústria do biodiesel, a pressão fundiária aumentará e se refletirá em custos maiores na produção de alimentos.

A favor do agronegócio da soja, projetos de infraestrutura têm sido elaborados para permitir a expansão das lavouras. Entre eles, construção de armazéns, asfaltamento de rodovias, viabilização de hidrovias e ferrovias, além da ampliação de portos. O Centro de Inteligência da Soja estima que o custo de deslocamento do grão brasileiro seja quase oito vezes mais alto do que nos Estados Unidos. Na região Centro-Oeste do país, onde se concentram 50% da produção nacional de soja, o tema da logística de transportes é colocado como central. Além da recuperação da BR-163 e da hidrovia Araguaia-Tocantins, discute-se a extensão do asfaltamento da BR-158, no Nordeste do Estado do Mato Grosso. Isso permitiria ampliar os embarques pelo porto de Itaqui, no Maranhão.

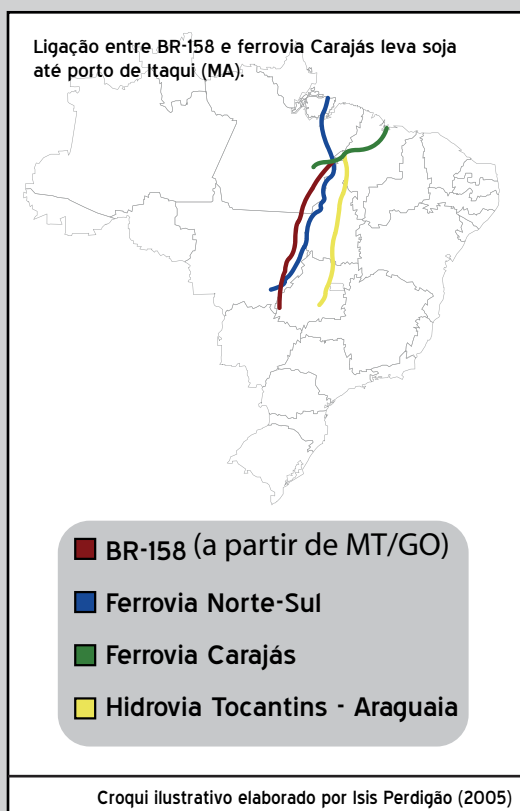
Esse projeto, porém, poderia causar uma série de impactos sobre o meio ambiente e as populações indígenas da região, como pode ser visto no estudo de caso apresentado a seguir. Ao longo deste relatório, são travadas discussões acerca de outros impactos ambientais e indígenas causados pela soja em diversas regiões do Brasil, além de problemas trabalhistas, fundiários e socioeconômicos. Procurou-se sempre ilustrar os temas discutidos com estudos de casos representativos de cada impacto. Não resta dúvida de que a soja gere riquezas para o país. A questão é saber se sua expansão está de acordo com os princípios básicos do desenvolvimento sustentável do ponto de vista social e ambiental. Pelo que se pode ver neste estudo, a resposta não é nada animadora.

CASO | BR-158 desponta como nova rodovia da soja

O agronegócio está mudando a dinâmica territorial do Baixo Araguaia, no Mato Grosso. Ao longo BR-158, as lavouras de soja começam a dominar a paisagem de uma região onde a principal atividade econômica é a pecuária. As transformações mais marcantes, porém, não vêm das sacas de grãos colhidas no local, mas da expectativa do asfaltamento da rodovia, que vai viabilizar o escoamento de toda produção sojicultora do nordeste mato-grossense pelo porto de Itaqui, no Maranhão, rumo ao mercado consumidor europeu.



A BR-158 atravessa o Brasil de Norte a Sul. Ela começa em Altamira, no Pará, e termina em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, já na fronteira com o Uruguai. Os seus 3.864 quilômetros de extensão também passam pelos estados do Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A implantação definitiva da rodovia aconteceu no fim da década de 70, mas sua abertura teve início em 1944, dentro do projeto de interiorização idealizado pelo então presidente Getúlio Vargas.



Dos pouco mais de 800 km da BR-158 no Mato Grosso, cerca de 400 km ainda são de estrada de terra esburacada, que se tornam quase intransitáveis no período de chuva. É justamente o trecho que corta o Baixo Araguaia, entre Ribeirão Cascalheira e Vila Rica. Como no Pará a rodovia já está pavimentada, o término do asfaltamento no Estado vizinho possibilitará o transporte da soja até a ferrovia Carajás, da mineradora Vale, e, por ela, ao porto maranhense. Além de Carajás, a Vale controla outra ferrovia estratégica para o agronegócio na região: a Norte-Sul, que, quando concluída, possuirá cerca de 2.000 km, cortando os estados de Goiás, Maranhão, Pará e Tocantins. Ela tem atualmente 200 Km, entre os municípios maranhenses de Açailândia e Porto Franco; mas, até o fim do ano, deve chegar à cidade de Guarai, no Tocantins, completando 571 Km.

Trocando em miúdos: a pavimentação da BR-158 deixou de ser uma reivindicação apenas de moradores do Baixo Araguaia, como o borracheiro Edson Lopes, que trabalha há dois anos e meio na beira da rodovia e, em duas semanas, só havia consertado um pneu de moto. A pressão pela obra deve ser entendida dentro do modal formado também pelas duas ferrovias, no contexto do projeto do governo federal de melhorar a competitividade logística da produção de soja no país. Não por acaso, portanto, a pavimentação da BR-158/MT consta da lista de obras prioritárias do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

O interesse em asfaltar a rodovia, porém, não é só do governo federal, que neste ano aprovou uma previsão orçamentária de R\$ 64 milhões para a obra (insuficiente, visto que o custo de 200 Km ultrapassa R\$ 158 milhões, de acordo com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT). Ele é principalmente do governo do Mato Grosso, cuja Secretaria de Infra-Estrutura firmou convênio com o DNIT para executar, com verbas estaduais, a pavimentação dos outros 200 Km. Até o fim do ano, o asfalto que hoje termina em Ribeirão Cascalheira deve chegar a Alô Brasil, povoado à beira da BR, no município de Bom Jesus do Araguaia. De lá parte um entroncamento da estrada até Querência, município onde o Grupo André Maggi, da família do governador mato-grossense, produz soja na fazenda Tanguro, que tem 82 mil hectares.

► Soja chega antes do asfalto

É justamente em Alô Brasil que a multinacional sojeira Cargill adaptou dois antigos silos de arroz para armazenamento de soja, com capacidade para 100 mil sacas cada um. De acordo com o gerente desta unidade, João Luiz Seresuela, durante a colheita passam por lá 750 mil sacas de soja. "Em 2010, vamos construir um silo novo, ampliando nossa capacidade de armazenamento para 800 mil sacas", revelou o gerente. Segundo ele, a soja armazenada é hoje escoada pelo porto de Santos, no estado de São Paulo.



O gaúcho Saddir Secco é um dos produtores que vendem soja para a Cargill - e também para a multinacional Bunge. Desde 1982 o Grupo Secco planta soja em Rio Verde, em Goiás, município no qual também possui lojas da rede FertVerde, revendedora de fertilizantes químicos e agrotóxicos. Há oito anos, os sete irmãos Secco ampliaram suas atividades para Ribeirão Cascalheira, onde são proprietários de 6 mil hectares de terra, dos quais 2.800 estão ocupados com lavouras mecanizadas do 'grão de ouro'. "Quando chegamos, em 2001, compramos o hectare por R\$ 800 a R\$ 900. Hoje, ele já vale em média R\$ 2 mil", contou o empresário. Saddir torce para que o asfalto traga consigo a rede elétrica, já que a energia da fazenda vem de duas turbinas instaladas em um córrego. Mas ele é cauteloso quanto às previsões de crescimento da produção de soja na região: "A BR-158 é importante, mas a expansão da área plantada de soja no Baixo Araguaia vai depender principalmente da relação entre os custos de produção e o valor da commodity. O investimento para se produzir em áreas degradadas é muito alto".

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a produção agrícola nos municípios são de 2007, quando Ribeirão Cascalheira tinha 6.500 hectares de soja. Nos três anos anteriores, a área plantada foi de: 5,5 mil, 15 mil e 9,5 mil, respectivamente. "Com a alta do preço, a soja foi vista como grande oportunidade pelos médios proprietários daqui. Mas a valorização do real frente ao dólar, a queda da produtividade em virtude da chuva e oscilação de preços no mercado internacional os desestimularam", argumentou o assessor de comunicação da prefeitura, Luís Cláudio da Silva. A lamentação do proprietário do Grupo Secco parece confirmar essa avaliação: "Nas safras de 2003/2004 e de 2004/2005, para cada saca de soja que produzimos, tivemos R\$ 8 de prejuízo", contou Saddir.

Saddir passou ao sobrinho Diego a administração do Grupo Secco no Baixo Araguaia



O pessimismo dos produtores do Baixo Araguaia em relação à soja parece estar diminuindo. Um passeio entre Ribeirão Cascalheira e Aló Brasil, no trecho da BR-158 que deve ser asfaltado ainda neste ano, dá indícios de que o grão de fato vem ocupando o espaço do gado, pelo menos nas fazendas localizadas nas margens da rodovia. "A soja voltou a ser a aposta dos médios e grandes produtores. O problema é que ela não gera empregos no município: os operadores de máquinas e administradores de fazenda são trazidos de outros locais, onde a lavoura de

soja já está consolidada", afirmou o assessor municipal. Novamente, o exemplo do Grupo Secco reforça a análise de Luís Cláudio: os quatro operadores de máquina que estão colhendo soja no Baixo Araguaia foram trazidos de Goiás e quem administra a fazenda é Diego Secco, um sobrinho de Saddir recém-formado em Agronomia.

► O Vale dos Esquecidos

O Baixo Araguaia é conhecido como "Vale dos Esquecidos". Dados obtidos em um levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) ajudam a explicar o triste apelido: a unidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) mais próxima fica em Barra do Garças, a 800 km da região e, no início de 2008, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente fechou seus escritórios em Canarana, São Félix do Araguaia e Porto Alegre do Norte. Se, por um lado, o asfaltamento da BR-158 em uma região com ausência de vários serviços públicos causa preocupação, por outro pode facilitar justamente a vinda deles para a área. "Nós só passamos a ter juiz e delegados residentes quando o asfalto chegou até a sede do município, em 2006", relatou Luiz Eduardo de Moraes, assessor da Secretaria de Esportes de Ribeirão Cascalheira.

A história da região não é marcada apenas pelo descaso governamental, mas especialmente pelas lutas populares, organizadas em torno da Prelazia de São Félix do Araguaia. Prova disso é o nome que a BR-158 recebe ao passar na área urbana de Ribeirão Cascalheira: Avenida Padre João Bosco. Uma homenagem ao religioso morto a tiros por um policial em 1976, quando tentou interromper o espancamento de duas agricultoras que estavam presas na delegacia municipal. A polícia torturava as mulheres para descobrir o paradeiro do agricultor Jovino, irmão de uma delas e pai de outra. Ele havia assassinado um soldado pistoleiro (Félix), agindo em legítima defesa: o fazendeiro Abraão Barros contratara Félix para matar Jovino, porque o agricultor se recusava a lhe vender o lote onde morava. "Na missa de sétimo dia do Padre João Bosco, os posseiros destruíram a cadeia e libertaram as duas presas", narrou Luiz Soares de Souza, o Luiz Cateto, que era criança quando viu o corpo do soldado Félix caído na porta da casa de Jovino.

Recentemente, a sociedade civil do Baixo Araguaia passou a contar com o esforço coordenado de ONGs que já trabalhavam na região de forma desconexa. Há um ano e meio seis dessas organizações criaram a Articulação Xingu Araguaia (AXA): a Associação Nossa Senhora da Assunção (Ansa), o Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), o Instituto Socioambiental (ISA), a Associação Terra Viva e a própria CPT. Juntas, elas desenvolveram uma campanha contra o uso irracional do fogo na atividade agropecuária.

Assim como a emblemática BR-163 (Cuiabá-Santarém), a BR-158 também é chamada de "Estrada da Soja". A mesma empresa (Ecoplan Engenharia) fez o estudo e o relatório de impacto ambiental (EIA-RIMA) do asfaltamento das duas rodovias. Mas, enquanto que na Cuiabá-Santarém houve a criação de um grupo interministerial responsável pela gestão do território influenciado pela rodovia, na BR-158 não há sinais do mesmo zelo. Até a transparência, nesse caso, tem sido negligenciada: apesar dos inúmeros pedidos feitos à assessoria de comunicação do Ibama por dados detalhados e/ou entrevistas, a Diretoria de Licenciamento Ambiental do órgão limitou-se a informar que "há dois trechos com licença prévia e um em análise".

O trecho da BR-158 no Mato Grosso ainda sem licença prévia para asfaltamento é o que corta a Terra Indígena Maraiwatsede, invadida por posseiros e, principalmente, grandes fazendeiros. A situação é tão grave que os 630 indígenas Xavante que vivem lá estão confinados em uma só aldeia, impedidos de circular com segurança pelos 165 mil hectares de seu território demarcado e homologado (leia mais em Impactos sobre Indígenas, na página 32). Uma nota do DNIT revelou que "o trecho [da BR-158] que passa pela aldeia indígena Marawatsede está em processo de elaboração de projeto para um contorno que passará em volta da reserva".

► Conflitos fundiários

Cerca de mil e duzentas famílias que vivem no Projeto de Assentamento (PA) Bordolândia, em Bom Jesus do Araguaia (MT), no entorno da BR-158, correm o risco de serem despejadas. Há dois anos, elas foram cadastradas e assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Mas uma liminar, fruto de um pedido do Ministério Público Federal, ordena a retirada dos assentados do local, porque eles estariam desmatando a área sem autorização do Ibama.

A execução da liminar deveria acontecer no dia 27 de março, justamente quando a Repórter Brasil esteve no assentamento. Graças à intervenção de D. Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia do Xingu, e da Procuradoria do INCRA, o prazo para a retirada dos assentados foi prorrogado por 30 dias.

A assessoria do procurador Mário Lúcio Avelar, autor do pedido, confirmou a denúncia de desmatamento. Juçara Ramos, representante da Confederação Nacional das Associações de Servidores do Incra, afirmou que o desmatamento (que já atinge pelo menos metade dos 50 mil hectares do assentamento) é de responsabilidade dos antigos proprietários da fazenda Bordolândia. Essa é também a avaliação do advogado Israel Roxo Guimarães, que assessora os assentados. "O fazendeiro construiu duas estradas dentro da floresta. Quem quer preservar o cofre, não mostra o caminho até ele", argumentou.



Israel Roxo: desmatamento não é culpa dos assentados

O Incra criou o PA Bordolândia em 2007, ao conseguir junto ao Supremo Tribunal Federal uma liminar de imissão de posse na fazenda, então considerada improdutiva. Segundo a assessoria de comunicação do órgão, porém, como o processo jurídico sobre a produtividade da área não chegou ao fim, a desapropriação dela continua em aberto. "A indenização foi inicialmente calculada em R\$ 25 milhões. Hoje a empresa açucareira Santa Rosa está pedindo R\$ 150 milhões. É um absurdo: o valor do hectare passou de R\$ 500 para R\$ 3 mil", reclamou Roxo.

O conflito fundiário no PA Bordolândia se insere no contexto de especulação imobiliária potencializado pela expectativa de asfaltamento da BR-158. O lote de 10 alqueires em que a assentada Sirlene Rodrigues Lobo produz arroz, feijão e milho e cria galinhas, fica a cerca de um quilômetro da beira da rodovia. Indiferente às disputas jurídicas, a agricultora torce para que a pavimentação do trecho próximo à sua lavoura aconteça de fato até o fim do ano, para facilitar a venda da produção na sede de Ribeirão Cascalheira. Foi a esperança de conquistar um pedaço de terra que levou Sirlene a Bom Jesus do Araguaia - mesmo anseio que a fez sair de Rolim de Moura, em Rondônia, em direção a acampamentos em Aripuanã e, depois, em Juína, ambos já no Mato Grosso.



Sirlene Lobo torce pela chegada do asfalto

Segundo o levantamento da CPT, no Baixo Araguaia 13 mil famílias vivem em 56 assentamentos, que somam cerca de um milhão de hectares. A organização estima que entre 20 a 40% dos lotes estejam passando por um processo de reconcentração fundiária, em que os assentados estariam vendendo sua terra. Os compradores seriam comerciantes e médios proprietários ligados ao poder local.



CAPÍTULO 2 IMPACTOS TRABALHISTAS E SOCIOECONÔMICOS

A produção de soja no Brasil é caracterizada por elevado grau tecnológico, com a quase totalidade da área colhida mecanicamente. Essa tendência foi acentuada em 2008, como indicam os dados de venda de máquinas agrícolas, que atingiram naquele ano 54.421 unidades, 42% a mais do que em 2007.

Em 2009, diante da disseminação da crise financeira mundial, as vendas no Brasil devem cair 13,8%, de acordo com estimativa da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Mas, no médio prazo e diante da recuperação da economia, a visão hegemônica existente no governo brasileiro e entre empresários do setor - de que o modelo a seguir é o do grande agronegócio - deve garantir que a comercialização de máquinas agrícolas volte ao normal.

É justamente a opção por esse modelo “modernizador” da agricultura brasileira que explica a redução gradual do número de trabalhadores nesse setor ao longo dos últimos anos. Segundo o último levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005 havia 17,8 milhões de trabalhadores rurais no país, 17,1 milhões em 2006 e 16,5 milhões em 2007. Em termos relativos, o número de trabalhadores na agricultura apresentou uma queda de 19,2% do total da força de trabalho brasileira em 2006, para 18,2%, em 2007. A produção de soja, financiada por grandes tradings internacionais e voltada à exportação, é um dos grandes vetores dessa transformação do campo brasileiro.

Entretanto, apesar desse processo de “modernização”, milhares de trabalhadores continuam submetidos a condições degradantes de trabalho em todos os cantos do país. Na verdade, muitas vezes o empregado explorado, por vezes até reduzido à condição análoga à de escravo, torna-se funcional aos modelos mais tecnológicos de produção, ao reduzir os custos referentes ao trabalho em um empreendimento agrícola. Casos desse tipo costumam ser encontrados nas áreas de expansão da agropecuária da Amazônia e do Cerrado. Nessa condição, se não houver algum tipo de repressão e punição a esse empregador que explora, ele obtém vantagens competitivas no mercado.

No caso da lavoura de soja, chama a atenção o fato de que ainda são encontrados trabalhadores escravos pelos grupos de inspeção. Em 2008, sete propriedades

onde havia plantio do grão foram inspecionadas e 125 trabalhadores libertados, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). No ranking do trabalho escravo,

a cana ficou em 1º lugar, com 2.553 libertados, seguida pela pecuária, com 1.026 libertados. No total, 5.244 trabalhadores escravos foram resgatados no país em 2008.

TRABALHO ESCRAVO NA SOJA E TOTAL DE CASOS - BRASIL										
	2004		2005		2006		2007		2008	
	Casos na soja	Total de Casos	Casos na soja	Total de Casos	Casos na soja	Total de Casos	Casos na soja	Total de Casos	Casos na soja	Total de Casos
DENÚNCIAS REGISTRADAS	14	220	7	278	4	265	4	264	9	280
DENÚNCIAS FISCALIZADAS	6	126	2	161	2	136	1	152	7	214
TRABALHADORES LIBERTADOS	133	3.212	47	4.570	0	3.666	9	5.968	125	5.244
Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT)										

De acordo com a CPT, o caso mais grave de trabalho escravo na soja apurado em 2008 ocorreu na fazenda Cerro Largo, localizada em Cristalina, Goiás, propriedade de Ari Luiz Langer. Lá, o grupo móvel de fiscalização encontrou 78 trabalhadores escravos no mês de maio. Langer já pagou R\$ 128 mil em indenizações aos trabalhadores. Também houve flagrante de trabalho escravo em uma fazenda no Maranhão, na cidade de Balsas, em duas áreas de soja no Piauí (cidades de Antônio Almeida e Monte Alegre), em

uma na Bahia (em São Desidério) e em uma no Mato Grosso (em Ipiranga do Norte). A CPT recebeu ainda denúncias de trabalho escravo em outra fazenda no município de Balsas e em uma propriedade localizada em Dom Eliseu, no Pará, mas não houve fiscalização. Em alguns dos casos comprovados de trabalho escravo, os trabalhadores não estavam diretamente envolvidos no plantio de soja, mas sim na preparação do terreno para o cultivo, por exemplo, catando raízes.

SOJA - CASOS DE TRABALHO ESCRAVO FLAGRADOS EM 2008						
Fazenda	Proprietário	Município	UF	Data da inspeção	Trabalhadores libertados	Indenização já paga
São Francisco	Lauro Tramontini	São Desidério	BA	1/8/08	7	R\$ 6.052,64
Cerro Largo	Ari Luiz Langer	Cristalina	GO	20/5/08	78	R\$ 128.932,31
Carajá	João Dilmir Meller Domenighi	Balsas	MA	13/10/08	9	R\$ 7.254,18
Curitiba	Sadi Zanatta CPF: 307.640.330-34	Ipiranga do Norte	MT	10/9/08	6	R\$ 12.688,64
Califórnia	Wilson Luis de Melo	Antônio Almeida	PI	15/11/08	8	R\$ 13.431,84
Borba	Airton Rost de Borba	Monte Alegre	PI	24/11/08	17	R\$ 16.460,55
Fonte: Comissão Pastoral da Terra/Abril de 2009						

Tomado isoladamente, o número de 125 libertados em áreas de soja no ano passado é pequeno frente ao total de 5.244 trabalhadores. Mas sempre é preciso ressaltar que o trabalho escravo é apenas o último estágio da superexploração do trabalho que, infelizmente, ainda existe no país. É a baixa qualidade das condições de emprego, principalmente no campo, que rebaixa o país a um dos líderes mundiais em acidentes de trabalho. O número de empregados acidentados durante o cultivo da soja cresceu de 286 casos, em 2006, para 485, em 2007, de acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os dados referentes a 2008 ainda não foram divulgados. Por conta das subnotificações, estima-se que o número de acidentados seja ainda maior.

Além disso, o intenso uso de agrotóxicos nas lavouras de soja também causa problemas para o trabalhador. De acordo com os últimos dados divulgados pelo Sistema Nacional de Informações Tóxico-farmacológicas (Sinitox), 6.297 pessoas foram contaminadas por agrotóxicos em 2006, e 186 morreram. Em 2005, haviam sido contaminadas 6.017 pessoas, com 199 mortes. Não é pos-

sível calcular quais desses casos referem-se a problemas com agrotóxicos usados na soja, já que o Sinitox divulga apenas os números agregados. Também no caso dessa base de dados, o índice de subnotificação é elevado.

Para avançar na melhoria das condições de trabalho no campo, ao menos duas estratégias têm se mostrado eficientes: as ações diretas de fiscalização nas propriedades rurais, comandadas por auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e a pressão de atores da sociedade civil e do próprio governo sobre as cadeias produtivas das empresas, de modo a garantir a adoção de critérios às práticas de cultivo e comercialização.

Sob essa perspectiva, um dos instrumentos que tem possibilitado avanços é a “lista suja” do trabalho escravo, atualizada constantemente pelo ministério. Nela, são listados os empregadores que cometeram o crime e que passam a sofrer restrições na obtenção de créditos financeiros em bancos e fundos oficiais. Atualmente, a “lista suja” contém o nome de 197 empregadores, sendo pelo menos cinco deles plantadores de soja. Esse número

pode ser maior porque há diversos casos em que as autoridades não identificaram a atividade praticada pelos trabalhadores libertados.

Os cinco nomes citados na lista são: Fatisul Indústria e Comércio de Óleos Vegetais, de Dourados, no Mato Grosso do Sul; Eduardo Dall Magro, da fazenda Cosmos, localizada em Ribeiro Gonçalves, no Piauí; Fernando Ribas Taques, dono da Fazenda Carolina do Norte, de Alto Parnaíba, Maranhão; Yakov Kalugion, proprietário da fazenda São Simeão, localizada em Campos Lindos, Tocantins; e Marco Antônio Mattana Sebben, da fazenda Mattana, município de Campos de Júlio, Mato Grosso.

Tanto a Fatisul quanto Eduardo Dall Magro foram incluídos na última atualização da “lista suja”, em dezembro de 2008 - a primeira por conta da libertação de nove empregados escravos durante fiscalização em 2007, e o segundo por causa do flagrante de 21 escravos em 2004. O tempo decorrido para que ambos entrassem na lista suja se deve aos trâmites do processo administrativo em curso no Ministério do Trabalho e Emprego.

Os efeitos positivos da “lista suja” têm sido maximizados pelo Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, hoje assinado por mais de 160 empresas e associações. Lançado em 2005, o pacto reúne grupos que se dispõem a aperfeiçoar suas cadeias produtivas, fiscalizando fornecedores e dispensando aqueles que utilizam formas degradantes de trabalho. O pacto foi construído a partir dos estudos de cadeia produtiva realizados pela ONG Repórter Brasil, que hoje integra o Comitê Gestor do pacto ao lado da Organização Internacional do Trabalho e do Instituto Ethos de Responsabilidade Social.

O papel da iniciativa privada no combate à escravidão contemporânea ganhou um novo impulso com a realização do 2º seminário do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em março de 2009, na cidade de São Paulo. No evento, foram apresentados o Código de Conduta e a plataforma digital de monitoramento da iniciativa. Além disso, algumas companhias tiveram a oportunidade de divulgar suas estratégias de responsabilidade socioambiental.

Na área de cultivo e comercialização de soja, a companhia Amaggi Exportação e Importação, uma das maiores em atuação no país, apresentou seu sistema de gestão social e ambiental junto a seus fornecedores. A empresa monitora as condições sociais e ambientais nas fazendas, produzindo indicadores que passam pelas práticas agrícolas empregadas, manejo adequado de agrotóxicos e qualidade das condições de trabalho. Na safra 2006/07, foram 610 propriedades pré-financiadas, todas cadastradas e auditadas, totalizando 447 mil hectares de soja. Quando um fornecedor não atinge os padrões exigidos, a ele são

sugeridas adequações. Caso isso não seja feito, o sojicultor é excluído da lista de fornecedores. Segundo a empresa, há atualmente dois casos de exclusão.

O modelo seguido pela Amaggi não é ainda o ideal, sobretudo porque não é capaz de enfrentar os malefícios causados pelo modelo de produção de soja no país, baseado na grande propriedade, no monocultivo, no intenso uso de agrotóxicos, na concentração de renda e no pouco valor dado ao trabalho. Mas não deixa de ser assombroso que existam grandes companhias de soja que ainda resistem a monitorar suas cadeias produtivas, dando de ombros para mínimas práticas de responsabilidade social e ambiental.

Sem o envolvimento das empresas e dos governos, estes cumprindo sua função de planejar e fiscalizar, o crescimento da atividade agrícola pode se dar ao largo do desenvolvimento social. Estudos conduzidos pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) dentro da linha de pesquisa “Boom Agrícola e Persistência da Pobreza Rural” apontam a precariedade das condições de trabalho como um dos fatores que impede a população mais pobre de se apropriar da renda agrícola. Isso ocorreria principalmente por conta da informalidade do mercado de trabalho e dos baixos salários, sobretudo os pagos às mulheres.

Mesmo em países em que a pobreza vem caindo, como é o caso do Brasil, essa queda é menor do que o avanço verificado na produção agrícola. Para o brasileiro José Graziano da Silva, representante da FAO para a América Latina e o Caribe, possíveis benefícios não são automáticos e dependem da conciliação de políticas públicas específicas para o campo.

Prova disso é a posição dos municípios brasileiros onde mais se produz soja em relação ao Mapa da Pobreza e da Desigualdade, produzido pelo IBGE e referente a 2003. Sorriso, Sapezal, Nova Mutum e Campo Novo dos Parecis, os quatro primeiros do ranking de produção em 2007, possuem incidência de pobreza (27,72%; 27,59%; 25,53% e 32,07%, respectivamente) e coeficiente de desigualdade social de Gini⁶ (0,43; 0,42; 0,42 e 0,42, respectivamente) melhores do que o do Mato Grosso (34,34% e 0,47), Estado onde estão localizados.

Em quinto lugar no ranking, porém, Diamantino, também no Mato Grosso, possui incidência de pobreza (38,45%) pior que a do Estado e índice de Gini um pouco melhor (0,46). É uma situação parecida com a sexta do ranking nacional de produção de soja, a cidade baiana de São Desidério, onde a pobreza (51,65%) é maior do que a registrada no Estado da Bahia (43,47%), e o índice de Gini um pouco melhor (0,39 ante 0,49 no Estado).

Esses dados indicam que não é possível fazer uma ligação direta entre produção de soja e melhoria da qualidade de vida da população. Como analisa a FAO, a participação de setores não-agrícolas no desenvolvimento de cidades tem sido cada vez maior, incluindo áreas de prestação de serviços e turismo. Além disso, a organização defende que os agricultores familiares cumprem um papel importante na redução da vulnerabilidade das famílias rurais. São questões para os quais os governos e os atores da sociedade civil precisam cada vez mais atentar.

CASO | Agricultura familiar do Sul

Se por um lado a produção nacional de biodiesel não apresenta ainda um perigo concreto para os agricultores familiares, por outro não tem se traduzido em uma alternativa real de melhoria da qualidade de vida desses pequenos produtores - a despeito dos esforços do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). O Estado onde essa contradição é mais visível talvez seja o Rio Grande do Sul, campeão em vendas de biodiesel no mais recente leilão promovido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

No 13o. leilão de biodiesel da ANP, realizado em fevereiro deste ano, dos 315 mil m³ de biodiesel arrematados, 106,1 mil m³ (33,7% do total) foram produzidos no Rio Grande do Sul. Apenas uma usina, a Oleoplan, vendeu 42,5 mil m³, respondendo sozinha por 13,5% de todo agrocombustível comprado. A produção média da usina gaúcha localizada em Veranópolis, no nordeste do Estado, é de 12 mil m³, sendo que a soja é a matéria-prima de 90% desse biodiesel. De acordo com o sócio-diretor da Oleoplan, Marcos Boff, 30% da soja processada pela usina é proveniente da agricultura familiar, volume mínimo estabelecido pelo MDA para a obtenção do Selo. Quando questionado sobre quanto a Oleoplan economiza com a redução das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins⁹, o empresário limitou-se a responder que "há uma redução de alíquotas, no entanto há todo o custo e o envolvimento da empresa nas atividades relacionadas com o incentivo da agricultura familiar".

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - Regional Sul (Fetraf-Sul) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Fetagr-RS) têm feito pressão para que ao menos parte do incentivo fiscal oriundo da obtenção do Selo Combustível Social seja revertido em bônus para os agricultores familiares gaúchos. Assim, eles têm recebido um adicional de em média R\$ 1 por saca de soja vendida às usinas de

biodiesel. "Esse valor não é suficiente hoje para que uma família decida plantar mais soja, porque o preço do grão varia muito e a decisão do agricultor passa também pela comparação com outras culturas", explicou o assessor de política agrícola da Fetagr-Sul, André Raupp. Ele ressaltou, ainda, que a produção de biodiesel de soja poderá se tornar vetor de expansão da área plantada de soja na agricultura familiar, concorrendo com culturas alimentares, se ela diminuir a oferta de soja para alimentação e, assim, manter o preço da commodity alto.

A Fetraf-Sul estima que em 2009 a quantidade de soja vendida no Rio Gran-

de do Sul por pequenos produtores para produção de biodiesel gire em torno de um milhão de toneladas (em grãos). A negociação se dá de forma direta (entre o agricultor e a indústria) ou por meio de cooperativas da agricultura familiar (reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). "Quando a comercialização é intermediada, em alguns casos a indústria repassa um valor para que a cooperativa preste a assistência técnica. Quando é direta com o agricultor, praticamente inexistente assistência técnica, apesar da obrigatoriedade do fornecimento por parte da indústria de biodiesel", revelou o representante da Fetraf-Sul no estado, Rui Valença.

Em uma região onde a cultura da soja está consolidada inclusive na agricultura familiar (embora, nesse caso, não como monocultivo), os projetos de incentivo à diversificação de oleaginosas para produção de agrocombustíveis não têm apresentado bons resultados⁷. A participação dos pequenos agricultores gaúchos no mercado de biodiesel tem se limitado à venda de soja em grão às usinas instaladas no Estado⁸, que assim obtêm do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o Selo Combustível Social e as facilidades de financiamento e incentivos fiscais decorrentes deles.

Na região Sul, a soja está presente também na agricultura familiar



CAPÍTULO 3 IMPACTOS AMBIENTAIS

A luta por manter a Floresta em pé e recuperá-la é um dos centros nervosos do debate sobre a expansão da soja no Brasil e seus impactos. Face a face, enfrentam-se as iniciativas para preservar, recompor, explorar de forma sustentável e as moto-serras, tratores, correntes, machados e outros instrumentos hoje utilizados para fins muito menos nobres que os imaginados por seus criadores. Os discursos de parte a parte se radicalizam, com o objetivo de enfraquecer o outro lado. No campo que defende que a soja precisa de novas terras, o discurso antipreservação ambiental mistura-se com o ataque à causa indígena com a afirmação do desenvolvimento a todo custo, com a crítica ao estrangeiro, entre outras estratégias de retórica e convencimento.

Nesta guerra de informação e interesses, até grandes grupos de comunicação colocam-se em campanha. Foi o caso da tevê Band, que, em abril de 2009, defendia nos intervalos comerciais de seus programas em Rondônia que a legislação ambiental do Brasil precisa mudar. E por quê? Porque, segundo o grupo - evidentemente apropriando-se do discurso de quem propõem mudanças no atual modelo de desenvolvimento - “nosso futuro está em risco” caso a legislação do setor não mude.



Área desmatada na Amazônia: batalha de interesses

Num cenário de embates e conflitos em torno da expansão da soja no território brasileiro, a iniciativa “Moratória da Soja”, promovida pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), completará em julho de 2009 os três anos inicialmente previstos para a proposta. Segundo o documento base da iniciativa, as companhias inseridas na cadeia do setor estão proibidas de adquirir soja oriunda de novas áreas desmatadas na

Amazônia, ou de propriedades que utilizem mão-de-obra escrava (em qualquer bioma). Movimentos ambientalistas como Greenpeace e WWF acompanham o processo de monitoramento.

Enquanto alguns setores se articulam para que a iniciativa não seja prorrogada após julho, também se colocam presentes as vozes de entidades e agentes públicos que defendem não somente a prorrogação da “Moratória do Soja” em relação à Amazônia, mas também sua adoção para o bioma do Cerrado. E, conforme o próprio ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, comentou recentemente, está em discussão entre os principais atores envolvidos com as questões ambientais e agropecuárias a proposta de se lançar iniciativa semelhante à da soja para a cadeia da carne bovina.

No caso da soja, para que se criem as condições para as empresas cumprirem com o acordado, a iniciativa promove um monitoramento nos municípios situados no bioma amazônico que possuem mais de 5 mil ha de soja. Nesses municípios, busca-se identificar onde houve novos desmatamentos após julho de 2006, e onde essas novas áreas de floresta derrubada deram lugar ao plantio de soja. O monitoramento contemplou 630 polígonos desflorestados após julho de 2006, em 46 municípios e um total de 157.898 ha. Atenta-se, no levantamento, especialmente para as áreas em que o desmatamento atingiu mais de 100 ha. Segundo os responsáveis pela iniciativa, foram identificados plantios de soja em doze polígonos localizados em dez propriedades. O total de soja plantada sobre a área desmatada ficou em 1.385 ha.

Segundo o documento divulgado pela Abiove e Anec em abril de 2009, “dos 12 polígonos que plantaram soja em área desflorestada após julho de 2006, sete estão localizados no município de Feliz Natal (MT), dois em Dom Eliseu (PA), e um em Gaúcha do Norte (MT), Sinop (MT) e Querência (MT)”. Dos cinco municípios em que foram identificados problemas com a soja, quatro deles encontram-se na lista dos que mais desmataram a Amazônia em 2008: Feliz Natal, Dom Eliseu, Gaúcha do Norte e Querência, segundo dados da Operação Arco Verde, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), voltada à controlar e prevenir os desmatamentos na região.

Embora o levantamento dedique atenção especial às áreas com mais de 100 ha de desmatamento, parte dos polígonos identificados com soja referem-se a áreas em que o desmatamento não chegou a esse total: as áreas desmatadas ficaram entre 35 ha e 600 ha. Segundo Raquel Carvalho, da campanha Amazônia do Greenpeace, “de dois anos para cá, o padrão de desmatamento vem sofrendo uma mudança. Os pequenos desmatamentos, pulverizados, têm aumentado muito, e isso tem que ser reconsiderado para o monitoramento da próxima safra”. Ela acrescenta que

“muitas das áreas de soja estão se expandindo em desmatamentos abaixo de 100 ha. E o monitoramento hoje enfoca os maiores de 100 ha”. No 1º ano da iniciativa, percebeu-se que boa parte dos desmatamentos situava-se abaixo dos 100 ha, o que levou à realização de um projeto piloto voltado a monitorar os polígonos com áreas desmatadas inferiores a essa referência. E foi justamente esse projeto piloto que permitiu a identificação de cinco dos doze polígonos desmatados na última safra. Os cinco menores de 100 ha em Feliz Natal.

Raquel Carvalho pondera os resultados com algumas questões. “O ano passado não foi um ano muito interessante para a expansão da soja, as *traders* colocaram menos recursos, os insumos aumentaram e a crise mundial certamente deu uma abalada no avanço do setor”. Raquel avalia que a própria moratória tenha um efeito sobre a intenção e realização de investimentos no plantio da soja. E faz uma ressalva central a ser considerada: “Os resultados não significam que a soja tenha deixado de ser um vetor de desmatamento importante”.

Segundo o 7º levantamento de Grãos da Safra 2008/2009, publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em abril de 2009, a área da soja recuou 2% nos estados produtores da região Norte em 2008, caindo de 517,5 mil ha para 506,9 mil ha. O único estado da região em que houve expansão foi Rondônia (6,2%), com a área subindo de 99,8 mil ha para 106 mil ha. Pará (- 4,9%) e Tocantins (- 4%) apresentaram queda na produção, que ficou estagnada em Roraima. Quanto ao Amazonas, os dados da Conab indicam que não havia soja cultivada no Estado nem em 2007 nem em 2008. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contudo, apontava para a existência de 806 hectares no Amazonas em 2007, localizados em sua quase totalidade no município de Humaitá. Nos outros dois estados produtores que também possuem áreas pertencentes ao bioma Amazônico, Mato Grosso e Maranhão, houve alta de 1,7% e queda de 7,3% respectivamente¹⁰.

Com relação ao real alcance da iniciativa, é necessário que agora se garanta o efetivo cumprimento do pacto. Primeiro, para que as empresas signatárias da proposta não comprem a soja das novas áreas desmatadas - cabendo ressaltar que a restrição estabelecida não é à toda produção da propriedade, mas sim à porção proporcional à área desmatada. E segundo para que aqueles que desrespeitaram o compromisso tenham o acesso ao crédito restringido.

Para Raquel, a rastreabilidade da cadeia produtiva da soja é um próximo passo de grande importância para o avanço da idéia da moratória. Com ela, “as empresas vão poder comprovar para os seus consumidores qual é a origem da soja que utilizam”. A rastreabilidade da cadeia, passo fundamental para a responsabilidade de cada agente envolvido, carece, contudo, de uma primeira informação

básica: identificar quem é o proprietário da área produtora. E hoje, na Amazônia, uma porcentagem bem baixa das propriedades está com o proprietário identificado.

O engenheiro agrônomo Vicente Godinho, pesquisador da Embrapa Rondônia, avalia que exista atualmente “muito pouca soja na Amazônia”. Para Godinho, “quando começa a falar em grão na Amazônia, falam muita besteira. Muitos envolvidos no debate estão mal intencionados, e, quando se quer falar de número, não querem saber”. Ele cita uma estatística segundo a qual, no Mato Grosso, principal Estado produtor, 75% da soja seja plantada em área de Cerrado, 24% em área de transição e somente 1% em área do bioma amazônico. Independentemente de haver outras estatísticas distintas, e leituras distintas dos limites e extensão de cada bioma, o questionamento central não parece ser esse. Mas talvez o desprestígio que vítima o Cerrado e que parece começar a ser superado.

SOJA E CERRADO

O professor Manuel Eduardo Ferreira, do Laboratório de Processamento de Imagem e Geoprocessamento (Lapig) da Universidade Federal de Goiás, publicou no início de 2009 pesquisa recente sobre os impactos que as frentes de expansão do agronegócio podem causar ao Cerrado. Segundo o estudo, caso o atual ritmo de devastação seja mantido, nas próximas décadas o bioma irá perder 40 mil km² a cada dez anos. Ou, trocando para hectares, 4 milhões de hectares por década serão derrubados no bioma, um dos mais ricos em biodiversidade do mundo. Serão 16 milhões de hectares, ou 160 mil km², perdidos até 2050. Uma área equivalente à metade do Estado de Goiás ou dez vezes a área do Distrito Federal. Desse total desmatado, seis milhões de hectares devem ser incorporados à agropecuária. Com isso, o bioma terá sido dizimado à metade de sua extensão original: a área derrubada do Cerrado chegará a 960 mil km², ou seja, quase a mesma área do que será mantido em pé do Cerrado, em torno de 1 milhão de km².

A soja, mais uma vez, desempenha papel de relevo. Segundo o levantamento “Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira” do ministério do Meio Ambiente, pelo menos 27 das áreas identificadas como prioritárias encontram-se ameaçadas diretamente pela soja¹¹.

No relatório sobre a soja publicado pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da ONG Repórter Brasil em 2008, uma das recomendações defendia que o Cerrado, assim como os demais biomas do Brasil, deveriam receber atenção semelhante à Amazônia em termos de monitoramento de sua devastação. E, no início de abril de 2009, o governo federal anunciou medidas que sinalizam sua intenção em seguir nessa direção. Segundo o MMA, o monitoramento por satélite da cobertura florestal pelo

governo federal, antes restrito à Amazônia, foi estendido à Caatinga, ao Cerrado, à Mata Atlântica, ao Pampa e ao Pantanal¹². Para o ministério, o monitoramento é fundamental para orientar as políticas públicas e as decisões para o combate ao desmatamento e para a conservação da biodiversidade.

Para que a fiscalização apoiada pela tecnologia apresente melhores resultados, a aprovação pelo Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 115/95) que prevê a transformação do Cerrado e da Caatinga em patrimônios nacionais (conhecida como PEC do Cerrado e parada desde 1995 no Congresso) guarda importância fundamental. Assim como a destinação de verbas para o MMA, para implementar, por exemplo, as ações que defende como necessárias à proteção das áreas prioritárias identificadas pelo ministério.

Tais medidas podem fortalecer a luta das entidades que advogam a idéia de que o avanço da soja pode e deve se dar somente sobre as áreas já desmatadas - tanto por haver áreas suficientes para a expansão do setor, quanto para evitar que novos desmatamentos ocorram. Esse é um dos principais embates nas articulações que discutem a idéia de uma certificação socioambiental para a cadeia da soja no Brasil e em outros países produtores importantes. Parte das empresas do setor é contrária à idéia, assim como defendem que não se faça menção nas políticas de certificação à diferenciação entre soja convencional e soja transgênica.

Em outubro de 2008, um dossiê sobre impactos na Amazônia gerados pelas atividades agropecuárias e extrativistas de grandes empresas, produzido pela ONG Repórter Brasil e pela Papel Social Comunicação para o movimento Nossa São Paulo e Fórum Amazônia Sustentável, apontou uma série de problemas ambientais relacionados à produção de soja no bioma. Também listou estudos de caso que apontaram a co-responsabilidade de *traders* e exportadores do grão que, ao adquirirem a soja de fontes “sujas”, em última instância ou não reprimem ou até incentivam direta ou indiretamente as más práticas.

Entre as empresas citadas no dossiê “Conexões Sustentáveis - quem se beneficia com a destruição da Amazônia”, estão as multinacionais Bunge e ADM e as brasileiras Caramuru e São José Alimentos. Após a divulgação do documento, o movimento Nossa São Paulo e uma série de ONGs ambientalistas buscaram abrir o diálogo com o setor empresarial, propondo um Pacto Empresarial pelo financiamento, produção, uso, distribuição, comercialização e consumo sustentáveis de grãos de soja (in natura ou processados) produzidos na Amazônia e destinados à cidade de São Paulo.

Pela proposta, os signatários do pacto se comprometeriam a estabelecer instrumentos (de adoção voluntária) que regulamentariam minimamente a cadeia produtiva

do grão na Amazônia, como financiar e/ou adquirir apenas produção de soja de fontes (CPF's e CNPJ's) que não estão incluídas na lista suja do trabalho escravo e na relação de áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e que estejam localizadas nas áreas liberadas pela "Moratória da Soja".

A amplitude dos resultados da iniciativa, porém, poderia ter sido bem maior, caso os setores que se dizem interessados em promover um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia tivessem sido coerentes com suas ações de marketing. Como o pacto permitiu a adesão de ONGs e instituições de pesquisa e correlatas, a lista de signatários hoje inclui apenas três empresas (Grupo Pão de Açúcar, Wal-Mart e Vale Grande Indústria e Comércio de Alimentos S/A), sete entidades não governamentais e uma instituição financeira (IFC-International Finance Corporation). Nenhuma das *traders* citadas no dossiê e nenhuma empresa ligada à Abiove (protagonista da "Moratória da Soja") se propuseram a assinar o pacto.

SOJA E CÓDIGO FLORESTAL

Enquanto alguns avanços são perceptíveis no combate ao desmatamento e na redução dos impactos da produção da soja, há setores que defendem mudanças em sentido contrário. Ou seja, de permitir que se amplie o desmatamento, que se diminua a área de reserva legal em cada bioma do país, entre outras propostas.

Em Rondônia, boa parte da floresta tombou quando o governo militar incentivou a migração para a região. Em parte do Estado, esse processo foi contido, e a recuperação da vegetação torna a paisagem ainda mais impressionante, aproximando-se da força que teve um dia. Em outras regiões, o processo de destruição segue intenso.

As iniciativas como a "Moratória da Soja", o monitoramento via satélite e a presença mais sólida das instituições do Estado e entidades da sociedade civil conseguiram, se não virar o jogo, ao menos equilibrá-lo no Sul de Rondônia. Para José Antonio Oliveira, do Departamento de Comunicação do Sindicato dos Produtores Rurais de Vilhena, município situado na região de Rondônia conhecida como Cone Sul, e o principal pólo da soja na Amazônia, o governo federal, resolveu "confiscar 80% da Amazônia legal", referindo-se à lei que exige manutenção de 80% da floresta em pé. Oliveira, que é mais conhecido por "Zeziinho", destaca que, há quarenta anos, os militares convocaram moradores de outras regiões para abrir novas fronteiras na Amazônia, e que agora as regras todas mudaram. Para ele, quem deveria ser multado seria o governo. "Antes, vivíamos sob um regime ditatorial, mas de democracia no agronegócio. Hoje, temos um regime democrático, mas sob ditadura ambiental". Para o diretor da entidade, outros países "querem fazer um jardim da Amazônia para eles.

Mas o jardineiro vai morrer. Não podemos admitir". Zeziinho considera que "é preciso haver um enfrentamento - no diálogo" e que "o Brasil precisa de um Código Florestal Verde e Amarelo".

José Rodrigues da Silva, chefe do escritório regional do Ibama de Vilhena, destaca que, desde abril de 2008, data em que chegou à região, não houve nenhuma autuação do setor da soja em Vilhena e nos demais municípios sob responsabilidade do escritório (Chupinguaia, Corumbiara, Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras e Colorado do Oeste).



José Rodrigues da Silva, do Ibama de Vilhena

Silva registra, contudo, que o Ibama local tem detectado muitos problemas em relação ao gado¹³. "Da estrada, não se vê nada, pois são áreas muito extensas e densas de floresta, parece que está tudo ok. Mas de satélite ou de helicóptero percebe-se que há problemas de desmatamento", denuncia. Segundo ele, a tecnologia da devastação está mudando: na região de Chupinguaia, há fazendas em que só são cortados os estratos inferiores das árvores. "A copa das maiores se mantém, o que não caracteriza desmatamento no satélite. Mas na fiscalização - e na legislação - sim".

O pesquisador Vicente Godinho acredita que, ao menos no Cone Sul de Rondônia, onde fica a base da Embrapa em que ele trabalha, "quem não abriu [novas áreas desmatadas], não abre mais". Godinho avalia que as multas pesadas e a fiscalização mais intensa hoje existente não permitem abrir novas áreas de desmatamento muito grandes - embora problemas de menor monta sigam acontecendo. O pesquisador também visualiza mudanças na mentalidade dos pecuaristas, que também começam a perceber que terão dificuldades em comercializar seus produtos se não se adequarem à nova realidade. "Como ocorreu com a moratória da soja, logo o pecuarista não vai conseguir também", aposta.

Segundo Paulo Fernando Lermen, promotor do Ministério Público Estadual de Rondônia (MPE) lotado em Vilhena, em décadas anteriores parte dos produtores chegaram a desmatar 65% de suas áreas, uma vez que o zoneamento econômico e ecológico do Estado previa essa possibilidade. Contudo, em meados da década de 1990, o governo do presidente Fernando Henrique determinou os limites de 50% ou 80% de desmatamento para alguns Estados, Rondônia entre eles - sendo que o limite menos rígido se aplicava somente às propriedades mais antigas. Diante das variadas situações jurídicas, a atuação do MPE na região tem sido atualmente no sentido de verificar a situação das propriedades em relação às áreas de preservação (permanente e reserva legal). Lermen explica que existem cerca de 140 procedimentos no órgão com o objetivo de legalizar a área toda e a reserva legal. Para tanto, os responsáveis pelos imóveis assinaram um termos de ajustamento de conduta (TAC) junto ao MPE, que tem contado com a colaboração do Ibama e da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (Sedam) nos processos.

O chefe do escritório do Ibama em Vilhena, por sua vez, analisa que “antes, o produtor ocupava a área, desmatava de qualquer jeito e esperava resolver a titulação, que sabia que viria. Hoje, com a legislação mais rigorosa e o Ibama mais presente, isso não tem como acontecer”.



Flora e fauna do Parque Estadual de Corumbiara, em Rondônia

No novo contexto, os produtores que não possuem suas áreas de preservação corretamente averbadas precisam correr contra o tempo para resolver sua situação. O governo federal publicou em julho de 2008 um decreto que obrigava todas as propriedades a averbar até dezembro do ano passado devidamente suas áreas de reserva legal. O prazo estipulado, obviamente, não se demonstrou tão defensável quanto os objetivos do decreto, cuja data para cumprimento das exigências foi prorrogada para dezembro de 2009. Valdir Harmatiuk, coordenador de Licenciamento e Monitoramento Ambiental da Sedam, contudo, entende que, ainda assim, não existe capacidade técnica de se mudar isso em um ano, nem em Rondônia nem no Brasil. Ele afirma que o governo do Estado vinha trabalhando nesse sentido desde 2003, por meio de políticas públicas, e que seguirá atuando nesta linha.

A situação em Rondônia pode dar uma boa noção do que ocorre em outras unidades da Federação. De um total de 114 mil propriedades demarcadas em todo Estado, cerca de 5 mil encontram-se atualmente com suas áreas de reserva legal devidamente averbadas. E outras 13 mil propriedades estão com o processo para regularização em curso. Muitas propriedades, contudo, não possuem sequer os documentos definitivos de posse do Incra, o que impede a continuidade do processo na esfera ambiental. A regularização das propriedades em Rondônia e no restante da Amazônia, por sinal, é uma das prioridades do governo federal para a região (veja capítulo sobre impactos fundiários).

Valdir Harmatiuk está há cerca de nove anos na Sedam, tendo sido antes do Instituto de Terras do Estado, órgão que formulou o zoneamento econômico e ecológico de Rondônia. De acordo com Harmatiuk, a aprovação do zoneamento, em 2003, tem colaborado para quedas nos índices de desmatamento estaduais. Ele acredita que os efeitos do zoneamento, somados aos processos de averbação da reserva legal e das áreas de proteção permanente, pode nos próximos anos passar a equilibrar, ou até superar, a conta do que é desmatado e do que é recuperado da vegetação em Rondônia.



Raimundo Dima Lima e Orlando Silva, da Sedam, junto ao rio Corumbiara

O Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis percorreu o trajeto entre Vilhena e Pimenteiras do Oeste (na fronteira com a Bolívia, às margens do rio Guaporé) na companhia de Raimundo Dima Lima, gerente do Parque Estadual de Corumbiara, e de Orlando Silva, diretor regional de Gestão Ambiental da Sedam para a região de Colorado do Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Corumbiara e Pimenteiras. No percurso, foi possível detectar tanto importantes trechos em que a Floresta Amazônica e o Cerrado estão em evidente recuperação, quanto os muitos problemas a serem enfrentados. Boa parte deles causados pelo agronegócio que impera na região. Por exemplo, em um trecho do rio Corumbiara próximo à cidade de mesmo nome, as matas ciliares inexistem, e o pasto para o gado chega até a margem do rio, que é uma das principais artérias de vida do Parque Corumbiara. À beira da rodovia que liga os municípios de Cerejeira e Pimenteiras, as belas lagoas que compõem a várzea do rio Santa Cruz correm risco, e algumas delas estão em processo de assoreamento, decorrente da manipulação inadequada da terra nas lavouras mecanizadas da soja na região. O Santa Cruz é um dos principais afluentes locais do rio Guaporé, que, nos períodos de cheia, alaga boa parte da planície que o circunda, em espetáculo semelhante - e de importância próximo para os ciclos da fauna e flora locais - ao verificado no Pantanal Mato-grossense.



Assoreamento de lagoa na região de Cerejeiras, onde a soja avança

A beleza da região, por ora, está protegida pelo próprio ciclo de cheias que inunda a maior parte das terras locais. E a qualidade dos solos também não é das mais apropriadas para a agricultura em boa parte da área, por exemplo na fronteira leste do Parque Corumbiara. Contudo, a região de Vilhena também chegou a ser considerada imprópria para a soja, mas, com investimentos em tecnologia, tornou-se uma fronteira promissora do grão.

Ainda no sentido dos cuidados a serem tomados e preocupações que se colocam, pesquisas da Universidade Federal de Rondônia (Unir) apontam riscos trazidos pelo desmatamento e pela atividade agropecuária para a fauna e a flora locais, por exemplo para as espécies de peixes locais. Além disso, os estudos afirmam a importância de um

maior monitoramento da qualidade da água nas bacias dos rios Corumbiara e Guaporé. A contaminação do solo por agrotóxicos utilizados na cultura da soja, na região de Vilhena, portanto, torna-se perigosa. E claro, pela escala hoje verificada, representam uma ameaça que não chega a ultrapassar os limites dos municípios locais. Contudo, o Sul de Rondônia conta com nascentes de muitos rios, que mais à frente vão contribuir inclusive na formação de rios de importância nacional, como o Mamoré e o Madeira, logo o Amazonas. E problemas nesta região representam, portanto, problemas para bacias hidrográficas de responsabilidade federal - em alguns casos até de mais de um país.



No caminho entre Cerejeiras e Pimenteiras do Oeste, belezas ameaçadas

Povos indígenas que vivem em reservas no município de Vilhena também temem o avanço da soja, sendo que algumas plantações se encontram nos limites da Terra Indígena Tubarão-Latundê. Para os indígenas, o problema pode não estar colocado agora, mas vir a se estabelecer a longo prazo. E, segundo relatos de indígenas apresentados ao Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, existem ocasiões em que os produtores da soja jogam as embalagens de agrotóxico com resíduos direto nas terras indígenas - tendo havido inclusive situações em que índios pegaram os galões usados por achar bonito, limparam-nos e usaram até para armazenar água para consumo humano.

O circuito percorrido com os servidores da Sedam também permitiu constatar que os debates sobre desenvolvimento x preservação, área produtiva x reserva legal e áreas de preservação permanente, alterações no Código Florestal, etc., seguem candentes e em aberto. Conforme resume Valdir Harmatiuk, também da Sedam, “a discussão sobre o Código Florestal vai dar muito pano para manga, não vai sair de repente, e nem sabemos onde vai dar”. Um tema de suma importância para o setor da soja, que divide opiniões entre os próprios produtores e governos de Estado onde o grão é um dos carros-chefe da economia, e que pode ser decisivo não só para a forma de produção que o setor pretende desenvolver, mas que pode determinar também o futuro de diversas áreas da Amazônia, do Cerrado e dos demais biomas brasileiros.

CASO | Sojicultor ameaça Parque das Emas, em Goiás

Uma das poucas áreas de preservação de Cerrado no país, o Parque Nacional das Emas, no Sudoeste de Goiás, é um santuário pressionado pela atividade agropecuária. Em suas fronteiras, grandes sojicultores, alguns amparados por decisões judiciais, utilizam variedades transgênicas e agrotóxicos vetados pelas normas ambientais.

O plano de manejo do parque, aprovado em 2005, permite apenas o uso de agrotóxicos de classe 4, tarja verde, em um trecho de dois mil metros a partir das fronteiras da área de preservação. Mas em outubro de 2008 uma operação do Ibama multou produtores da região e apreendeu equipamentos usados em pulverizações. Os produtores recorreram e, em fevereiro de 2009, uma liminar da Justiça Federal liberou a utilização dos agrotóxicos proibidos.

Quanto ao uso de transgênicos, a situação também preocupa. Em dezembro de 2008, pelo menos 18 produtores foram multados por cultivarem essa variedade de soja a menos de 500 metros da fronteira do parque e tiveram sua produção embargada. O plantio de transgênicos nesse limite é vetado por lei após aprovação e sanção presidencial da medida provisória 327/06.

De acordo com Marcos Cunha, funcionário do Instituto Chico Mendes e chefe do parque, o Emas é considerado um parque estável, já cercado e sem grandes conflitos fundiários. Mas as dificuldades de lidar com a atividade agrícola que o circunda é permanente. "Meu papel é dialogar com os produtores, explicar o problema e buscar as soluções. Mas nem sempre é uma tarefa fácil", diz ele, que assumiu o posto em meados de 2008.

Marcos Cunha (à esq.), chefe do Parque das Emas, aponta problemas no mapa



O Parque Nacional das Emas foi criado em 1961 pelo então presidente Juscelino Kubitschek, que governou o Brasil entre 1956 e 1961. Possui 131 mil hectares de rica flora e fauna, da qual se destacam emas, veados-campeiros, tamanduás-bandeira, lobos-guará e inúmeras espécies de aves e serpentes. É um exemplo da biodiversidade existente nas

áreas de Cerrado, mas que continuam sob risco diante da especulação agropecuária.

Estimativas dão conta de que apenas 2,2% do Cerrado são protegidos por unidades de conservação federais e estaduais, ante 19,9% da Amazônia Legal. Além disso, até hoje esse bioma não possui sistemas dedicados de monitoramento por satélite, como acontece há anos com a Amazônia.

► Histórico de ilegalidades

A norma do plano de manejo que proíbe agrotóxicos é uma das mais contestadas pelos produtores da região. Quando o plano foi aprovado, em 2005, ela não foi posta em prática imediatamente e aguardou-se a constituição de um grupo de trabalho para discuti-la. Diante da demora para uma definição, a ONG Instituto Socioambiental (ISA) e o Ministério Público Federal foram à Justiça Federal exigindo a aplicação da norma. Em setembro de 2008, a juíza Luciana Laurenti Gheller emitiu decisão favorável. Os produtores foram notificados, mas a fiscalização do Ibama realizada logo após a decisão flagrou o uso de agrotóxicos proibidos.

De acordo com o sojicultor Eduardo Peixoto, também ex-prefeito de Chapadão do Céu, município considerado a "porta de entrada" do Parque das Emas, apenas com os agrotóxicos permitidos não seria possível combater a ferrugem asiática na soja. Ele mesmo alega que teria prejuízos em 1,6 mil hectares dos 1,8 mil que possui nas redondezas do parque. Além disso, Peixoto diz que a proibição não faz sentido do ponto de vista técnico.



"O que nós argumentamos é que é uma burrice barrar o uso de certos defensivos com base nas classes, porque elas se referem ao efeito no ser humano, e não nas plantas e nos animais. Foi permitido na região do parque apenas o defensivo de faixa verde, mas há alguns desses que matam peixes", diz ele, que afirma preferir chamar os agrotóxicos de defensivo agrícola.

O produtor Ronan Barbosa Garcia Jr. teve um caminhão e um pulverizador apreendidos por mais de dois meses pelo grupo de fiscais do Ibama durante a fiscalização de outubro. Segundo ele, a impossibilidade de usar agrotóxicos causou prejuízos de 30% em sua lavoura próxima ao parque, por conta da ferrugem asiática. Ele possui cinco fazendas, onde planta 4,8 mil hectares de soja, além de milho, algodão e sorgo.



“Tenho 21 anos de lavoura e sei que agricultura e meio ambiente podem conviver. Nós usamos agrotóxicos na região há 30 anos e nunca houve problema. Com faixa verde não dá pra ter produção agrícola”, afirma Garcia Jr., que diz comercializar sua produção de soja com as grandes trading's que operam na área, como Bunge, Cargill e “principalmente a ADM”.

► Degradação ambiental

De acordo com o Ibama, os problemas ambientais na região do Sudoeste de Goiás não se restringem ao Parque Nacional das Emas. O engenheiro florestal Fernando Di Franco Ribeiro, chefe do Escritório Regional do Ibama de Rio Verde, um dos principais municípios da região, avalia que é raro encontrar propriedades cuja reserva legal e a área de proteção permanente estejam de acordo com a legislação.

“É sinal de uma agricultura que avançou sem controle”, afirma Ribeiro. Para se regularizarem, muitos produtores têm recorrido à compra de terras distantes e mais baratas para comporem a reserva legal. A lei permite que 16 pontos percentuais dos 20 de reserva possam estar localizados fora da propriedade.

O Sudoeste goiano é uma das maiores regiões sojicultoras do país. Em 2007, foram plantados 917 mil hectares, segundo o IBGE. No município de Chapadão do Céu, uma das “portas de entrada” do Emas, a área de soja tem variado entre 60 mil e 100 mil hectares desde o início da década de 90. Em 2007, o plantio foi de 82,3 mil hectares, a maior parte mantida por grandes proprietários de terra.

Preocupado com o futuro do parque, o Ibama iniciou um programa piloto na região do entorno chamado Pró-Legal. Segundo Ribeiro, o órgão tem trabalhado para identificar propriedades irregulares e notificar os produtores. “Depois, buscamos, junto com o Ministério Público Federal, que o proprietário assine um TAC [termo de ajustamento de conduta] para se regularizar”, diz o chefe do Ibama.

A idéia é permitir a formação do chamado corredor de biodiversidade do Araguaia, com a conexão do Parque Nacional das Emas ao Araguaia e ao Parque do Taquari. Para que isso seja possível, a intensa atividade agrícola regional permanece como um robusto desafio.



CAPÍTULO 4 IMPACTOS FUNDIÁRIOS

O debate sobre as mudanças na legislação ambiental que se desenrola no país, tendo o Congresso Nacional como centro nervoso, pode resultar em impactos sobre o território em todo o Brasil, não só do ponto de vista do meio ambiente e das condições físico-climáticas. Eventuais alterações no Código Florestal podem resultar, evidentemente, em hectares adicionais de áreas para a soja e outras culturas hoje protagonistas do agronegócio. Por exemplo, com parte das áreas de reserva legal se transformando em terra produtiva, caso seja autorizada a diminuição das áreas protegidas em cada bioma brasileiro.

Enquanto tal processo não chega a uma conclusão, o setor produtivo busca, das mais diversas formas, consolidar sua influência e poder político e econômico em diversas regiões do país, de modo a ampliar suas propriedades e, conseqüentemente, sua produção. Neste cenário, a soja, por seu peso na pauta do agronegócio brasileiro, exerce influência fundamental, relacionando-se diretamente com os conflitos fundiários, com o aumento do preço da terra, com as dificuldades adicionais que impactam sobre a reforma agrária no Brasil, etc.

Na Amazônia, a força da soja nesse processo é de grande monta, conforme explica o professor Ricardo Silva, do Departamento de Geografia e pró-reitor de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Rondônia (Unir). De acordo com o professor, que estudou especialmente o caso de Rondônia, a indústria da soja atua no sentido de especializar o Estado em termos produtivos e sociais, organizando o território como um todo. Não bastasse tal envergadura de influência, a soja, ao ocupar áreas anteriormente destinadas à pecuária, empurra o gado para outras regiões de Rondônia, com variadas conseqüências.

Baseando-se nas idéias do geógrafo Milton Santos (falecido em 2001) sobre a organização do território, Ricardo Silva estudou em seu mestrado - bem como vem analisando em seu doutorado - o papel desempenhado pela soja em Rondônia. “Pecuária e madeira sempre houve no Estado, ao passo que a soja é um fenômeno mais recente, sobretudo a partir da metade da década de 1990”.

De acordo com a pesquisa realizada pelo professor da Unir, a soja se instalou em Vilhena e entorno sobretudo em áreas antigas de pastagem, onde anteriormente o gado ficava. “E o que acontece em âmbito do Estado? O gado que antes ficava no Sul, foi para o Norte, levando consigo os conflitos afins”. Por outro lado, o professor registra que,

do ponto de vista positivo para o Sul de Rondônia, verifica-se um aquecimento da atividade agrícola e econômica no campo e na cidade. Um processo que se verifica em várias outras regiões brasileiras em que a soja se estabeleceu como uma cultura promissora.

Segundo o IBGE, em 1995 havia 4.500 hectares de soja em Rondônia. O número chegou a 89,5 mil hectares em 2007, ou seja, a área da soja no Estado multiplicou-se por 20 em pouco mais de uma década. No ano de 2008, de acordo com a Conab, o cultivo da soja apresentou um aumento de 6,2% em Rondônia. Na região Norte, a soja recuou 2% em 2008, ao passo que no Brasil avançou 1,2% (passando de 21,31 milhões para 21,56 milhões de hectares). Os Estados em que a cultura mais avançou em termos percentuais foram o Piauí, que foi de 253,6 mil para 273,9 mil hectares (8,0%); Rondônia, em que a área plantada subiu de 99,8 mil para 106 mil ha; e Goiás, com aumento de 5,5% (passando de 2,18 milhões para 2,3 milhões de hectares).

Conforme explica o professor da Unir, à medida que o campo se moderniza, o capital rebate na cidade. Vilhena apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano de Rondônia, ao mesmo tempo em que se apresenta como um município extremamente urbano, com cerca de 95% da população vivendo na cidade (a média do Estado é de 69%). A relação campo-cidade se mantém intensa, uma vez que a cidade vive em função do campo, porém em outros patamares: o setor de serviços se aquece, a oferta de empregos melhora, o preço dos aluguéis aumenta, o valor da terra sobe etc.



Construção de shopping Center em Vilhena

Nesse contexto, as mudanças correm a olhos vistos em Vilhena. Às centenas de bicicletas e motos, somam-se muitos e muitos carrões. O comércio recebe franquias de grifes de diversas regiões do país. E a cidade acompanha ansiosamente a construção de seu shopping center, ao lado da rodoviária e pertencente ao grupo Pato Branco um dos mais influentes da região. Os migrantes chegam aos montes - e, embora o IBGE apontasse em 2007 uma população de 66.746 habitantes em Vilhena, é corrente ouvir na cidade quem acredite que tal número já tenha passado de 100.000. Chamada por alguns de “a cidade mais sulista do Norte”, Vilhena recebe migrantes de todas as regiões do país.

Neste processo em que o campo se dinamiza e influi nos rumos da economia de todo o município, aspectos negativos também são facilmente perceptíveis. Um exemplo é a migração do campo para a cidade, que reflete a saída - muitas vezes por falta de opção, ou até mesmo por conflitos mais intensos - do pequeno agricultor do campo. E outra migração é aquela verificada do campo para o campo. No caso de Rondônia, o professor Ricardo Silva explica que a migração tem se dado de forma importante do Cone Sul - onde o agronegócio avança - e do Vale do Guaporé para o Norte do Estado, com destinos a municípios como Porto Velho, Buriti e outros. Alguns deles com taxas de crescimento de quase 3.000%, ou 30 vezes, em apenas dez anos (entre 1997 e 2007).

Segundo o docente da Unir, “a população que saiu do Centro-Sul destinou-se para o Norte, com todos os conflitos envolvidos, com a questão do desmatamento, do alto grau de violência no campo, da tendência à concentração fundiária”. Enquanto nas décadas de 1970 e 1980 Rondônia foi palco da distribuição de lotes de terra para inúmeras famílias - o que colabora para que Rondônia hoje ostente alguns dos melhores índices de qualidade de vida do Norte e Nordeste - hoje o processo é outro. A política de distribuição de terra e colonização foi substituída, no entender de Ricardo Silva, pelo fortalecimento do agronegócio e por mudanças no perfil da economia local. “Hoje, você praticamente só vê gado em Rondônia, além de outros produtos fortes, como a própria soja, o arroz e o milho. Nesse cenário, há uma tendência de concentração de terra, os produtos caíram em termos de produção, e hoje se importa quase tudo”, afirma, citando como exemplos as quedas ou estagnação na produção de itens básicos e relevantes como o feijão e o café.

O engenheiro agrônomo Vicente Godinho, pesquisador da Embrapa Rondônia em Vilhena, explica que quase toda a soja produzida na região não fica por lá, e a maioria vai para exportação. Nesse processo, as empresas Cargill e Amaggi, com unidades em Vilhena e Cerejeiras, são as principais protagonistas na cadeia produtiva da soja a granel, ao passo que a Portal, com uma unidade em Vi-

lhena, se destina ainda a processar óleo. A capital da soja na Amazônia, conforme Vilhena pode ser compreendida, também possui uma agroindústria razoavelmente desenvolvida em relação ao arroz, chegando a trazê-lo de outras áreas para processar e vender para os estados vizinhos do Amazonas, Roraima e Acre além de exportar para o Peru e até para a África. O milho produzido na região vai em parte para ração animal, e, em sua maioria para o consumo humano regional.

OS GRANDES DA SOJA

Ao passo que nas décadas de 1980 e 1990 o Estado ainda era o principal agente de organização territorial em Rondônia, a partir de 1995 as grandes empresas, como ocorre no restante do Brasil, passam a ser agentes de grande importância nesse processo também, criando uma especialização produtiva do território. Seguindo essa tendência, as *traders* ligadas ao mercado da soja desempenham papel central.

No Maranhão, por exemplo, fazendeiros, prefeitos e empresários se uniram em 2008 para defender a exclusão do Estado da Amazônia Legal, área em que vigora a regra de preservação de 80% da Reserva Legal, ou seja, apenas 20% das propriedades podem ser desmatadas para uso econômico. Tendo como um dos objetivos ampliar a área passível de expansão da soja na região, os setores envolvidos divulgaram em agosto de 2008 uma carta em que advogam que as propriedades localizadas na Região Tocantina possam ter até 65% da área total desmatadas, seguindo a proporção adotada para as fazendas localizadas no Cerrado¹⁴.

Por outro lado, a destinação de grandes áreas para a monocultura cria uma instabilidade do território. “Isso porque a pecuária saiu do Centro-Sul do Estado e foi para o Norte. E a gente sabe que onde aumenta a pecuária aumenta o desmatamento. “E isso com grilagem de terra, com invasão de terra”, explica Ricardo Silva. Para ele, parte das grandes empresas muitas vezes possui participação inclusive nesses processos conflituosos, com capital forte envolvido nessas situações.

O professor ressalta que a existência do zoneamento econômico no Estado não tem impedido o avanço das atividades econômicas sobre áreas de preservação e outras. “O zoneamento representa uma política positiva em termos de desenvolvimento sustentável, de uma pactuação entre a sociedade sobre o uso da terra, sobre o que tem que proteger, etc. Mas as próprias instituições tiveram muita dificuldade em aceitar, em aplicar”, explica. No Estado, praticamente todas as áreas da zona 1, que são da atividade econômica, estão ocupadas. Com isso, a pressão por novas áreas desemboca sobre as reservas naturais e indígenas. E isso se dá sob o olhar das autoridades, que muitas vezes não fiscalizam, ou até incentivam invasões, na avaliação de Silva. “A Flona [Floresta Nacional] de Bom Futuro está com cerca de 40 mil cabeças de gado, e os senadores, o governo do Estado tem uma posição de defesa dos pecuaristas, dizendo que podem seguir lá, que irão defendê-los”. Para o professor, existe uma política oculta de invasão de unidades de conservação, de devastação ambiental. E o governo federal, por sua vez, é ausente. “Não adianta só mandar a Polícia Federal, é necessária uma política mais afirmativa”. Na avaliação do docente, a maior parte dos parlamentares não se coloca a favor da idéia de sustentabilidade, inclusive por contarem com uma forte base de pecuaristas e madeireiros, que se espalha por boa parte da população.

José Antonio Oliveira, do Departamento de Comunicação do Sindicato dos Produtores Rurais de Vilhena, concorda em parte com o professor da Unir. Para ele, as autoridades ambientais e fundiárias precisam investir mais em ações preventivas, informativas, pró-ativas, de orientação, etc., em lugar de só aplicar multas e outras sanções. Para ele, que veio do Rio Grande do Sul há 15 anos, “o agricultor é tratado como bandido, ao passo que o índio é paparicado”. Oliveira, que é conhecido por “Zezinho”, ressalta que Vilhena possui cerca de 1,1 milhão de hectares, número muitas vezes menor que os hectares destinados às reservas indígenas no Estado: são 4,5 milhões de hectares. Para 5,2 mil índios. Ou seja, cerca de 800 hectares para cada índio¹⁵. Tais números, para ele, comprovariam a injustiça na distribuição de terra em Rondônia.

Evandro Padovani, presidente do sindicato dos produtores de Vilhena, traz outros números interessantes para o debate sobre a questão fundiária em Rondônia, que pode ser tomada como metonímica para o restante da Amazônia e também para as demais regiões de expansão da soja no país. Segundo Padovani, que veio de Cascavel, Paraná, há cerca de nove anos, “o plantio no Cone Sul possui cerca de 120 mil hectares de soja”. Em Vilhena, são 18 produtores de maior relevância, com aproximadamente

Em Rondônia, áreas de preservação e reservas indígenas são alvo de cobiça



40 mil hectares de soja. Ou seja, uma média de mais de 2 mil hectares para cada produtor.

Nos municípios vizinhos de Corumbiara e Chupinguaia, acrescenta Padovani, o Grupo Fertipar, do empresário Alceu Feldmann, conta com cerca de 25 mil hectares de soja plantados. Neste último município, são menos produtores que em Vilhena, mas com propriedades ainda maiores.

A vastidão das terras dos grandes produtores supera, inclusive, fronteiras nacionais. Segundo Zezinho, embora tal fenômeno não seja ainda corrente em Rondônia, que possui extensa fronteira (composta essencialmente por reservas ambientais) com a Bolívia, no Mato Grosso já existem produtores que contam com vastas áreas de plantio de soja no país vizinho.

De acordo com Vicente Godinho, a condição fundiária no Mato Grosso e no Sul de Rondônia permitiu que a grande produção se estabelecesse ao longo desse eixo. Segundo ele, ninguém queria plantar no Cerrado dessas áreas, o que permitiu módulos maiores e produção em escala. “O solo daqui era tido como pobre”, conta ele. Ironicamente, a Chapada dos Parecis, que se inicia no Mato Grosso, passa por Vilhena e segue adentro em Rondônia, veio a se tornar uma das maiores áreas contínuas para agricultura no mundo. “É algo fantástico”, comenta Godinho. “Era um grande vazio demográfico, onde a agricultura chegou e começou a desenvolver as cidades”.

Para o pesquisador da Embrapa, a produção de soja, para ser competitiva hoje, precisa de escala, e o produtor tem conseguido fazer isso com destreza na região - que, para ele, não é apropriada para a pequena agricultura. No entender de Godinho, inclusive, é mais interessante e barato para o país pagar uma remuneração direta ao produtor do que financiar a agricultura familiar. A produtividade em Vilhena, uma das melhores do país, pode ser explicada pela condição de solo e de chuva e pelas tecnologias desenvolvidas e aplicadas localmente (a Embrapa está na região desde 1982). Segundo Godinho, para que seja possível a atividade se fortalecer ainda mais, precisará de propriedades maiores. Em seu veredicto, o pesquisador define que “o que faz a soja é a grande capacidade de produzir e de escoar”, acrescentando que o corredor formado pela rodovia BR-364 e pela hidrovía dos rios Madeira e Amazonas trouxe condições mínimas para o setor se estruturar ao longo da região.

A cadeia produtiva da soja enfrenta, contudo, dificuldades no último período em alguns setores. Uma delas foi a resolução do Banco Central¹⁶, referente às condições fundiárias e ambientais que devem existir nas propriedades agrícolas para que essas possam receber crédito bancário. Adotada em junho do ano passado, ela colaborou para

que se acentuasse o afastamento dos bancos do plantio da soja. De acordo com Zezinho, do sindicato dos produtores, “os bancos foram saindo, diminuindo”, o que para ele “não se deve somente à questão fundiária e ambiental, mas também ao risco da agricultura”. Em seu entender, outro grave problema é a ganância - que se reflete nas grandes subidas de preço - do setor de fertilizantes. “E o governo não tem controle sobre isso”. Para Zezinho, “o governo precisa de política agrícola. E nem precisa ser de longo prazo. De médio mesmo”.

Enquanto a situação junto aos bancos e ao governo não se altera, os produtores têm ampliado suas ligações - e sua dependência - junto às *traders* do setor, que acabam se fortalecendo ainda mais em âmbito regional e nacional. Zezinho pondera: “não é que a relação com essas empresas seja boa. Ela é a solução hoje”. Para ele, se não fosse a Amaggi e a Cargill, a situação do agronegócio no Sul de Rondônia hoje seria muito complicada.

SOJA E REFORMA AGRÁRIA

Embora a região de Vilhena apresente-se como um local de ótimas perspectivas para o agronegócio, certamente ela não é cobiçada unicamente por esse segmento. Pelo contrário, produtores que chegaram antes buscam viabilizar sua sobrevivência nessa região.

A família de Antonio Carlos Rodrigues, o Carlão, foi contemplada com um lote pelo governo militar em 1979, atraída pela propaganda voltada à colonização da região Norte. Em 1998, a família, à revelia dele, vendeu a propriedade, de cerca de 100 hectares, para um criador local de gado. Recentemente, Carlão uniu-se a um grupo de pequenos produtores, com o qual formou uma associação de agricultores em Vilhena. Acampados às margens da rodovia BR-174, os produtores, que politicamente se apresentam como Movimento dos Trabalhadores Acampados (MTA), pleiteiam uma área do Exército, próxima ao aeroporto da cidade.

Em 2008, ele participou da reocupação da fazenda Santa Elina, que em 1995 foi palco do Massacre de Corumbiara. Após três ordens de despejo, contudo, os produtores deixaram a área, onde é criado gado. Em Colorado do Oeste, outro município da região em que o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis esteve em abril de 2009, um muro trazia a inscrição de um dos movimentos locais da luta por terra, a Liga dos Camponeses Pobres: “Viva a Reforma Agrária! A Santa Elina é do povo! - LCP”. Para Carlão, “o avanço do agronegócio na região dificultou a situação dos pequenos produtores, claro”. Mais uma vez, uma história de Rondônia emblemática do restante do Brasil.



Antonio Carlos Rodrigues,
o Carlão: defesa da
agricultura familiar

Ele conta que “na terra do Exército mesmo, tem um grande plantador de soja e de milho safrinha com cerca de 2 mil, 3 mil hectares”. A avaliação de Carlão é que “a agricultura familiar é a solução” para a região, e que os governos municipais, estadual e federal precisam investir mais no segmento.

O pleito do MTA de uso das terras em questão para fins de reforma agrária já chegou ao Exército e à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) – a área é de propriedade da União, tendo sido arrendada à instituição das Forças Armadas do país. De acordo com o gerente regional do Patrimônio da União em Rondônia (braço da SPU no Estado), Antonio Ferreira, para que a SPU libere a área, é preciso que o Exército a desafete, ou seja, abra mão formalmente de sua destinação para fins militares. Ferreira acrescenta que a SPU está “realizando gestões para que isto aconteça”, pois somente após tal ato do Exército a União poderá disponibilizar a área ao Incra, que a destinará aos pequenos produtores.

Procurado pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, o Centro de Comunicação Social do Exército esclareceu, laconicamente, que o Exército está estudando o assunto. Com relação ao arrendamento de parte da área para o produtor de soja, apontada por Carlão, a assessoria explicou que “a Força tem arrendado áreas da União, sob a sua jurisdição, observando, no entanto, que os arrendatários desenvolvam atividades que possibilitem o adestramento do Exército”. O centro de comunicação acrescentou, por fim, que “adestramento é o preparo da tropa para o desempenho das atividades operacionais e é realizado por meio de exercícios de imitação do combate”.

Francisco Sales, chefe da divisão de ordenamento fundiário do Incra-RO afirma que está acontecendo na região de Vilhena, como em todo Estado, um processo de reconcentração fundiária. Tal situação não se repete em todo país, mas, onde a soja avança, é em muitas ocasiões um de seus efeitos mais evidentes (ver texto “Terra segue concentrada, apesar das políticas de reforma agrária”). Sales explica que, na década de 1970, Rondônia viveu um processo intenso de colonização, com milhares de pessoas chegando do Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, atraídas pela propaganda do governo. “No eixo da rodovia BR-364, foram vários os projetos de colonização e depois de assentamento. Depois desse eixo, tais projetos foram se espalhando pelo Estado” e o processo segue em curso.

Ele acrescenta que, sobretudo nos anos 80 e 90, em Corumbiara, Colorado e Cerejeiras foram criados assentamentos da reforma agrária, com áreas de 100 hectares para baixo. Hoje, contudo, “muita gente está vendendo seus lotes”, seja para comprar lotes maiores em outras regiões, seja por necessidade, seja por outros motivos. Segundo Sales, o problema tem ocorrido “em especial nessa região da soja”.

O chefe de ordenamento fundiário do Incra-RO afirma que tais ocorrências são irregulares, e “não admitimos que isso aconteça em área de assentamento”. Segundo Sales, “nós depois vamos ter que retomar. Isso a reforma agrária não admite: uma área de assentamento não pode ser transformada em grande propriedade, em latifúndio”.

Sales explica que, ao ser beneficiado por um lote da reforma agrária, o agricultor passa a realizar um pagamento para o Tesouro Nacional pela área com que foi contemplado. Além disso, o Incra recomenda ao agricultor que faça o registro da posse do lote logo que é beneficiado. A partir do registro, são esperados dez anos para que o agricultor possa fazer a venda. E o pagamento integral do título, previsto na maioria dos lotes utilizados para este fim em Rondônia para ser feito em até 20 anos, poderia ser concluído antes, caso o agricultor tivesse condições e interesse. De acordo com Sales, “a venda ou repasse da área só pode acontecer a partir do momento que você cumpriu com o pagamento integral do título e tendo se completado dez anos do registro”. Situação que, evidentemente, não se verifica em boa parte dos lotes vendidos em Rondônia. E que se repete em outras regiões do país em que a soja cresce, como é o caso de Itanhanga, no Mato Grosso, conforme denunciou o relatório do CMA sobre a soja no ano passado.

De acordo com Sales, na região de Vilhena houve um trabalho maior de regularização fundiária em relação ao restante do Estado: “Teve regularização de tudo que é tamanho. De 50 hectares a 900 hectares, que são 15 módulos para Rondônia”. Pelas regras atuais vigentes em Rondônia, até 900 hectares, o Incra pode fazer a regularização

fundiária direta. Entre 900 e 2.500 hectares, a lei permite via licitação. E acima disso, somente via Congresso Nacional, que precisa autorizar.

Hoje, uma das prioridades do governo federal para a região Norte é a regularização fundiária. Para Antonio Ferreira, da SPU-RO, a situação do Estado de Rondônia nesse processo pode ser considerada mais simples do que a verificada nos demais Estados do Norte. “As áreas em Rondônia estão arrecadadas pelo Incra, o que falta é regularizar a situação dos ocupantes nas áreas possíveis de regularização”. Segundo Ferreira, tais iniciativas serão feitas de forma mais intensa em 2009 a partir da MP 458, que ao final de abril encontrava-se em debate no Congresso Nacional (ver texto “Polêmica, MP 458 busca regularizar terras na Amazônia”), e cujo texto inicial elaborado pelo Executivo federal busca atender especialmente para a situação do pequeno produtor.

Cabe registrar que, em Rondônia, o valor da terra tem subido muito, o que, mais uma vez, amplia as dificuldades para os pequenos produtores. O pesquisador da Embrapa Vicente Godinho recorda-se do tempo, nas décadas de 1970 e 1980, em que “o pessoal não queria nem terra dada aqui no Cone Sul de Rondônia”. Segundo ele, “agora, esquece: o preço da terra aqui é quase igual ao do Paraná”.

No Brasil, mesmo com crise financeira mundial, o valor da terra continua a subir. E a alta recente da soja, na Bolsa de Chicago e no mercado brasileiro, é apontada como um dos fatores centrais dessa inflação fundiária, conforme dados da consultoria Agra-FNP. Com a alta do dólar, a soja voltou a ganhar força na exportação e a se valorizar. Além do impulso do grão, o maior interesse dos investidores estrangeiros pela terra no Brasil - motivado em parte pela própria soja também - levou o preço médio do hectare no Brasil a um novo recorde nominal, chegando a R\$ 4.373 no primeiro bimestre de 2009.

TERRA SEGUE CONCENTRADA, APESAR DAS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA

Publicado no início de 2009 pelo geógrafo Eduardo Paulon Girardi, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), o Atlas da Questão Agrária Brasileira analisou dados oficiais referentes ao período 1992-2003 e concluiu que as propriedades rurais no país continuam concentradas, apesar dos anos de aplicação das políticas de reforma agrária. Naquele período de onze anos, a estrutura fundiária brasileira aumentou 35% em área, ou 108 milhões de hectares, para 418 milhões de hectares no total. O maior avanço ocorreu nas regiões de expansão do moderno agronegócio da soja. O Centro-Oeste respondeu por 35% das novas áreas incorporadas, e apenas o Mato Grosso, por 22% do total. A maior parte dos novos 108 milhões de hectares, ou 71,9 milhões, ficou nas mãos dos grandes proprietários, en-

quanto apenas 36,5 milhões foram apropriados pelos pequenos produtores. Isso explica porque o país continuou possuindo um elevado índice de Gini para a terra - quanto mais próximo de um, mais concentrado. De acordo com o Atlas, a maior parte dos municípios brasileiros tinha índice de Gini entre médio e alto em 2003: os valores do índice entre 0,501 e 0,800 foram verificados em 4.283 municípios (76,9% dos 5565 municípios) e compreendiam 83,1% da área total dos imóveis rurais; aqueles com grau de concentração acima de 0,800 eram 359 (6,4%) e detinham 10,8% da área dos imóveis rurais; e aqueles com índice de Gini de até 0,500 eram 924 (16,6%) e compreendiam 6% da área total dos imóveis rurais.

POLÊMICA, MP 458 BUSCA REGULARIZAR TERRAS NA AMAZÔNIA

A área da Amazônia Legal (composta pelos estados da região Norte do Brasil, além de Mato Grosso e parte do Maranhão) que carece de regularização fundiária pode chegar a 96% das terras da região¹⁷. Este cenário explica o envio ao Congresso Nacional, no primeiro semestre de 2009, da Medida Provisória 458, que autoriza a transferência a particulares de terrenos públicos de até 1,5 mil hectares na região. Se por um lado a medida foi proposta pelo governo federal para trazer segurança jurídica e garantir o direito à terra de pequenos e médios agricultores que obtiveram legalmente suas áreas, por outro ela possibilita a legalização de áreas obtidas por meios fraudulentos. Não por acaso, ela foi apelidada por movimentos sociais, entidades e pesquisadores como “MP da Grilagem de Terras”. Antes dela, em 2008 a MP 422 havia sido objeto de críticas, ao aumentar de 500 para 1.500 hectares a área passível de dispensa de licitação.

A MP 458 é válida apenas para terras da União localizadas na Amazônia Legal e já arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na prática, isso abrange áreas em 436 municípios (sendo que em 172 deles inclui as sedes urbanas). Ao todo, o governo prevê a regularização de 296 mil imóveis rurais, numa extensão superior a 67,4 milhões de hectares de terras federais não-destinadas¹⁸.

Uma das exigências da MP 458, que está em vigor desde 10 de fevereiro de 2009, é que a ocupação da área rural a ser regularizada seja anterior a dezembro de 2004. Além disso, os posseiros beneficiados, brasileiros natos ou naturalizados, não podem ser proprietários de outro imóvel rural, devem ter sua principal atividade econômica advinda da exploração do imóvel e não podem exercer cargo ou emprego público em órgãos diretamente ligados à regularização fundiária. A titulação do imóvel rural, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dispensa licitação. No caso de ocupantes de áreas que possuam até um módulo fiscal, o processo é gratuito; para áreas de até quatro módulos fiscais, há dispensa de vistoria prévia, ou seja, o cumprimento dos requisitos legais será averiguado apenas por uma declaração do ocupante; e nas áreas entre 4 e 15 módulos fiscais a vistoria é obrigatória e a alienação também é dispensada de licitação.

Nas áreas urbanas, o MDA pode transferir a responsabilidade pela titulação aos municípios. Nesse caso, as regras estabelecidas pela MP 458 mudam: para os ocupantes de área de até mil metros quadrados a transferência é gratuita; nas áreas superiores a mil e inferior a 5 mil metros quadrados não há dispensa de licitação, mas sim direito de preferência àquele que comprove a ocupação por um ano ininterrupto, sem oposição, até a data de publicação da MP, de área superior a mil e inferior a 5 mil metros quadrados. As exigências para os beneficiados também são outras: eles não podem ter renda mensal familiar superior a cinco salários mínimos nem possuir outro imóvel urbano ou rural acima de quatro módulos fiscais; devem utilizar o imóvel a ser regularizado como única moradia ou como meio lícito de subsistência.

CASO | Sobreviventes do massacre constroem alternativas em Corumbiara

Em agosto de 1995, a cidade de Corumbiara, no Sul do Estado de Rondônia, foi palco do massacre de 13 trabalhadores sem terra. Hoje, quase 14 anos depois, sobreviventes do massacre lutam para reescrever - mais uma vez - a história da região, pólo produtor de soja no Estado. Após terem ocupado a fazenda Santa Elina e resistido às emboscadas e torturas, aos assédios e à própria morte, os sobreviventes daquele que ficou conhecido como o Massacre de Corumbiara estão à frente do processo que busca transformar a realidade da região e construir alternativas para os pequenos agricultores. Enquanto aguardam a punição pela Justiça dos policiais, jaquinhos e autoridades envolvidas no triste episódio.

O vice-prefeito João Ribeiro de Amorim (PT), o Joãozinho, é um dos que tiveram a vida profundamente marcada pelo massacre e que hoje trabalham para que a história seja diferente. Eleito em 2008 ao lado do prefeito Selvino Alves Boaventura (PTB), com cerca de 95% dos votos, Joãozinho possuía dois irmãos entre os acampados na Fazenda Santa Elina em 1995. Os dois conseguiram escapar ao massacre, mas um 30, vereador, não teve a mesma sorte. Apoiador do movimento pela reforma agrária na região, e aliado dos ocupantes da Santa Elina, foi assassinado em dezembro de 1995. Nascido no Paraná, em Assis Chateaubriand, Joãozinho chegou a Rondônia em 1981. No ano seguinte, a família foi contemplada pelo Incra com um lote de 21 alqueires paulistas, ou cerca de 50 hectares. Joãozinho conta que "o pai, agricultor, cultivava na área até hoje".

Para desenvolver o trabalho na prefeitura, Amorim escolheu como um de seus principais assessores outro agricultor sobrevivente ao massacre. Polaco é hoje o chefe de serviços agrícolas, principal responsável pelas atividades de campo no município.

Joãozinho explica que a atual gestão da prefeitura vai trabalhar para reverter a situação de crescente concentração fundiária da região - capitaneada pelos setores da soja e do gado -, no sentido de fortalecer a agricultura familiar e a produção de alimentos. Corumbiara, que possui uma população de cerca de 9.500 habitantes (IBGE 2007) é um grande produtor de leite, e um importante produtor de urucum, comercializado junto às indústrias de cosméticos, tinturaria e alimentícia. Historicamente, o município produzia uma mé-

dia de 350 a 450 toneladas de urucum por ano, sendo que em 2008 atingiu a marca de 700 toneladas. "Pretendemos chegar a 1.000 toneladas", anima-se Joãozinho, acrescentando que os assentamentos Vanessa e Vitória da União concentram a produção, que é feita em todo município. "São assentamentos compostos por remanescentes do massacre", faz questão de frisar.

A expectativa da prefeitura é lançar em 2009 o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Ambiental, que, de acordo com Joãozinho, "vai contar com vários programas para evitar que o pequeno produtor entre na monocultura". Parte dos agricultores trabalha hoje segundo essa lógica, sobretudo aqueles inseridos na cadeia produtiva da carne, muito forte no Estado. Com um orçamento da prefeitura "muito apertado" (cerca de R\$ 13 milhões), a gestão de Joãozinho e Selvino Boaventura tem buscado parcerias com o governo do Estado, bem como trabalhado pela obtenção de recursos advindos de emendas de parlamentares estaduais e federais aos orçamentos de Rondônia e da União.

Área de cultivo de soja em Corumbiara



Para fortalecer a agricultura familiar, a prefeitura acredita ser importante permitir aos produtores que se tornem independentes dos atravessadores. Além disso, o município pretende fortalecer a Feira da Agricultura Familiar, que já ocorre, e realizar a primeira edição da Festa do Urucum. Joãozinho explica que o Executivo municipal não conta com políticas mais voltadas aos grandes produtores. “Eles já possuem a estrutura deles, com secador próprio de grãos, caminhões, todo o maquinário”, lembra, acrescentando que recentemente o governo do Estado asfaltou a rodovia que liga Corumbiara a Cerejeiras, a fim de facilitar o escoamento da soja e do gado produzidos na região.

Corumbiara tem de cerca de 30 mil hectares de soja e os principais produtores são a Fertipar e a Fazenda Santa Ana. Contudo, não são poucas as propriedades no município em que se planta mais de 1.000 hectares de soja. E os grandes produtores têm buscado ampliar seus domínios, inclusive por meio da aquisição de terras da Reforma Agrária. “Dentro do assentamento Vitória da União, muitos

agricultores estão arrendando ou vendendo os lotes para as empresas produzirem soja”, denuncia Joãozinho. Diante do prejuízo aos pequenos agricultores, a prefeitura pretende antes recolher dados, para então definir as ações voltadas a diminuir os impactos causados por tal assédio. O Incra, por exemplo, confirma que a região é palco atualmente de um processo de re-concentração fundiária, eivado de irregularidades (ver “Impactos fundiários”).

Os problemas, contudo, não se restringem às questões fundiárias. Os agrotóxicos utilizados no cultivo da soja estão entre as principais reclamações dos agricultores do assentamento Vanessa. O temor, seja em termos de saúde, ambiental ou mesmo da produção de alimentos, se justifica, pois o veneno é lançado por avião em áreas que fazem divisa com o assentamento. Para completar o quadro, uma usina de cana deve se instalar em breve em Cerejeiras, em área próxima a Corumbiara. “E, assim como no caso da soja, o grupo proprietário da usina pretende arrendar terras para produzir cana”, finaliza Joãozinho.





CAPÍTULO 5 IMPACTOS SOBRE INDÍGENAS

Branco foi o primeiro Paresi a plantar soja na terra indígena



À medida que a produção da soja cresce no Brasil, aumenta também a pressão do agronegócio sobre as terras indígenas. Não por acaso, a 2ª Assembléia Geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (Mopic), ocorrida em dezembro de 2008, teve como tema “O impacto da soja sobre as terras indígenas do Cerrado”. Estiveram presentes no evento representantes de 24 etnias: Xavante, Bakairi, Nambikwara, Paresi, Umutina, Enawenê Nawê, Rikbaktsa, Apiaká, Kayapó, Panará, Kisêdjê, Kamaiurá, Kuikuro, Ikpeng, Waurá, Yudja, Mehinako, Guarani Kaio-wa, Guarani Mbya, Terena, Kinikinawa, Xerente, Javaé, Xacriabá. O encontro aconteceu na terra indígena Wawi, do povo Kisêdjê, no Mato Grosso.

A Mopic é uma articulação relativamente nova, cuja assembléia inaugural ocorreu em dezembro de 2007. Já no primeiro documento de propostas e reivindicações¹⁹, a necessidade de maior organização e fortalecimento dos povos indígenas do Cerrado surge como resposta aos impactos negativos “do agronegócio, da agropecuária e atualmente da produção de biocombustíveis”. Na carta resultante da segunda assembléia²⁰, há denúncias que podem ser inseridas nas quatro categorias de ameaças estabelecidas no primeiro relatório do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis²¹: ocupação direta de terras tradicionais já garantidas pelo Estado brasileiro; degradação ambiental do entorno de territórios tradicionais, afetando as comunidades; pressão política ou judicial contra a demarcação de terras demandadas como tradicionais, já reconhecidas por estudos socioantropológicos; e ocupação consentida de terras tradicionais, por meio das chamadas “parcerias”.

A seguir, discutiremos separadamente cada um desses quatro tipos de ameaça. Por se tratar de um relatório de atualização, daremos ênfase aos casos que sofreram impactos mais evidentes nos últimos doze meses. A seleção desses exemplos se deu a partir de pesquisa de campo no Mato Grosso e de consulta às principais entidades envolvidas diretamente com o tema²².

OCUPAÇÃO DIRETA DE TERRAS INDÍGENAS

A Terra Indígena (TI) Manoki, do povo Irantxe, e a TI Maraiwatsede, do povo Xavante, são dois casos emblemáticos de invasão de territórios tradicionais já garantidos pelo Estado brasileiro. Ambas as áreas ficam no Mato Grosso e possuem fazendas de soja produzindo ilegalmente dentro delas.

A TI Manoki já foi reconhecida oficialmente como terra indígena e, no início do ano, a Fundação Nacional do Índio (Funai) abriu edital para contratar as empresas que farão a demarcação da área. Ela tem 205 mil hectares e é contínua à TI Irantxe - área com 45 mil ha já demarcada e homologada, onde vivem cerca de 400 indígenas que aguardam a consolidação do território ampliado para voltarem a ocupá-lo. As duas TIs em questão estão dentro do município de Brasnorte, no centro-oeste do Estado, região produtora de soja.

O Grupo de Trabalho que estudou a reivindicação dos Irantxe de demarcar a Terra Indígena Manoki foi criado pela Funai em 2000. Enquanto uma área permanece em estudo para eventual demarcação como território indígena, não é permitida sua exploração econômica. Apesar disso, entre 2000 e 2005, o desmatamento na área Manoki passou de 18,9 mil para 35,5 mil hectares. Essa destruição ambiental aconteceu principalmente em virtude de empreendimentos agropecuários irregulares: a Fazenda Melhoramentos Agrários de Diamantino, localizada totalmente dentro da TI Manoki e cuja atividade principal é a sojicultura, tinha 637 ha desmatados em 2000. Em 2005, a área desflorestada atingiu 8.994 hectares, de um total de 39.840 ha da pretensa propriedade. Em termos relativos, a destruição da área da fazenda subiu de 1,6% para 22,6% de sua área total.

Outro exemplo é a Fazenda Membeca, que de 2003 a 2006 promoveu o desmatamento ilegal de mais de 8 mil hectares de florestas dentro da TI Manoki. Em 2006, após um trabalho de pesquisa na região, o Greenpeace²³ denunciou que tanto a Cargill quanto a Bunge, por meio de silos instalados em Brasnorte, compravam soja da Fazenda Membeca. O rastreamento também conseguiu comprovar que a Cargill exportava soja daquela área, em seu porto instalado em Santarém (PA).

A TI Maraiwatsede, com 165 mil hectares nos municípios de São Félix do Araguaia e Alto da Boa Vista, na região nordeste do Mato Grosso, já foi demarcada e homologada. Nem por isso os problemas enfrentados pelos 630 membros do povo Xavante que vivem nela são menores. Eles estão confinados em uma única aldeia, também chamada de Maraiwatsede, e a hostilidade de fazendeiros e posseiros impede que transitem com segurança por seu território. Locais sagrados para a cultura Xavante, como antigos cemitérios do seu povo, estão invadidos, e há inclusive um núcleo urbano dentro da terra indígena, conhecido como Posto da Mata.

O histórico que levou os Xavante a este confinamento forçado é dramático. Nos anos 60, o governo brasileiro apoiou a criação de um grande empreendimento agropecuário no território Xavante: a Fazenda Suiá-Missu. Em 1966, a Força Área Brasileira (FAB), com anuência do Serviço de Proteção ao Índio²⁴, transportou os Xavante que moravam na área para uma missão salesiana (a missão São Marcos), a 400 quilômetros da região. À transferência forçada seguiu-se a dispersão dos indígenas para outras áreas dos Xavante e inclusive de outros povos indígenas. Nos anos 90, os Xavante expulsos de Maraiwatsede iniciaram uma campanha internacional pela recuperação de seu território original. Em 2004, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o retorno deles, mas não proibiu a permanência dos não-índios.

A TI Maraiwatsede é atravessada no sentido norte-sul pela BR-158, rodovia ao longo da qual a produção de soja vem se expandindo e cujo asfaltamento é estratégico para o escoamento da produção nacional de grãos (ver Caso BR-158 na página 9). No relatório de impacto ambiental da obra²⁵ estão listados os riscos para o povo Xavante: atropelamentos, acidentes com cargas perigosas que contaminariam os recursos naturais utilizados diretamente pelos indígenas, e aumento da pressão pelo uso das margens da rodovia para atividades agropecuárias comerciais (o que geraria novas invasões do território).

DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Maraiwatsede é uma palavra Xavante que significa mato bonito. Com o histórico de invasões, porém, a bela vegetação deste território indígena corre risco de extinção. Dados de monitoramento por satélite divulgados em março deste ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelam que o desmatamento na Amazônia caiu 70% de novembro de 2008 a janeiro de 2009, em relação ao mesmo período entre 2007 e 2008²⁶. Dentro das áreas indígenas, porém, ele teria aumentado 9%, sendo que a TI Maraiwatsede lidera o triste ranking da destruição, com 47,3 Km² desmatados no referido trimestre.

Mas os danos ambientais da monocultura de soja que afetam os povos indígenas não acontecem somente quando as plantações se localizam dentro de seus territórios garantidos pelo Estado. Também em março deste ano, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) divulgou o embargo de 50 mil hectares de lavouras sem licenciamento ambiental em Brasnorte (MT). O Grupo Fronteira, responsável pela área, acumula cerca de R\$ 11 milhões em punições por crimes ambientais e, desta vez, foi multado em R\$ 990 mil. As plantações em questão são vizinhas a duas terras indígenas: TI Menku, do povo Myky, e TI Enawene Nawe, do povo de mesmo nome.

Os Xavante da TI Sangradouro, no município de Primavera do Leste (MT), também sentem os efeitos do agronegócio de exportação, baseado na utilização de adubos químicos e agrotóxicos nas lavouras mecanizadas de soja. Lá é a terra natal do coordenador da Mopic, Hiparidi-Xavante. “Nossas aldeias sofrem com os aviões que passam sobre nós jogando agrotóxicos e fazendo vôos rasantes, para nos assustar”, relatou ele.

A pesquisadora Maria Lúcia Gomide defendeu neste ano sua tese de doutorado²⁷ propondo a conectividade das terras indígenas Xavante inseridas na Bacia do Rio das Mortes, atualmente fragmentadas por meio de fazendas de soja e pecuária. Na TI Sangradouro, ela coletou o seguinte depoimento do indígena Ruriô:

“(…) Em Sangradouro a gente gostaria que as cabeceiras, as nascentes que começam fora da área indígena seja conservada, também pedaço de mata chamado galeria porque os córregos que vai abastecer as cabeceiras dentro da área indígena não seja poluída, a gente vê que existe muitas fazendas bem encostadas nas margens dos rios, e córregos. Então o estercó, o veneno que coloca na soja escorre tudo no rio, imagina rio Sangradouro começa lá fora e passa lá dentro, e todo ano nós fazemos o ritual grande que usa o rio que esta poluída, perfuração da orelha, a iniciação do waia chamado também segredo dos homens, usa muito desse rio. (...)” (RURIÔ, 2003)²⁸

PRESSÃO POLÍTICA E JUDICIAL

O lobby político e judicial estabelecido pelo setor ruralista a favor de seus interesses, via de regra, representa uma ameaça indireta aos indígenas. Em alguns casos, ele se manifesta como uma violenta campanha declarada contra os direitos desses povos tradicionais. No contexto da soja, um exemplo elucidativo é o da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (Famato), cujo presidente licenciado, Homero Pereira, é deputado federal pelo Partido da República (PR). O parlamentar apresentou no segundo semestre de 2008 um Projeto de Decreto Legislativo (PDC) na tentativa de cancelar a Portaria nº 1.429,

assinada pelo ministro da Justiça Tarso Genro em agosto, declarando a posse permanente do povo Irantxe sobre a Terra Indígena Manoki.

Além disso, Pereira é autor do projeto de lei (PL 490/2007) que propõe demarcar terras indígenas por meio de leis, ou seja, apenas com aprovação dos deputados federais e senadores. Entidades indígenas e indigenistas já se manifestaram contrárias à proposta, que altera o procedimento legal vigente no país²⁹, no qual a demarcação de terras indígenas é atribuição exclusiva da Funai. O PL 490 está há dois anos em tramitação no Congresso Nacional e recebeu apoio público da Famato. “Passando a competência para o Congresso, evita-se qualquer tipo de laudo tendencioso que vem beneficiar grupos que querem tirar proveito de situações e usar o índio como massa de manobra”, manifestou-se por escrito o primeiro-secretário da entidade, Valdir Correa.

PARCERIAS AGRÍCOLAS

As parcerias agrícolas entre indígenas e fazendeiros ou empresas agropecuárias são defendidas como legítimas pelo povo Paresi, que neste ano colheu 12 mil hectares de soja no Mato Grosso (leia mais sobre esta experiência da monocultura de soja em terras Paresi no texto abaixo). Dados sobre a lavoura mecanizada de soja em outras terras indígenas, porém, parecem confirmar a suspeita de ONGs socioambientalistas de que os contratos de parceria funcionam na prática como arrendamentos de terras tradicionais, prática ilegal.

Na TI Ligeiro, no Rio Grande do Sul, a monocultura mecanizada gerou concentração de renda entre os 1,9 mil Kaingang que vivem lá e dividiu as aldeias. Em 2005, 300 indígenas que não concordavam com o uso do território para produção comercial de soja foram retirados à força da área pelas lideranças que coordenavam a negociação com os fazendeiros. As disputas internas se tornaram tão graves que a Funai foi obrigada a criar um Grupo de Trabalho (GT) para mediar o conflito e, com apoio da Polícia Federal, reconduzir à TI Ligeiro os indígenas expulsos.

A antropóloga da Funai que coordenou o GT, Juracilda Veiga, contou que neste ano o órgão fará uma avaliação do esforço de gestão territorial na TI Ligeiro. Ela apresenta como indicativo de que a ação governamental teve aspectos positivos o fato de lideranças de outra terra indígena Kaingang com presença de monocultivo de soja terem solicitado no fim do ano passado ao Ministério Público Federal um trabalho de intervenção similar ao realizado na TI Ligeiro. “O lado mais perverso da soja é inserir a lógica de mercado nas terras indígenas, deixando muitas famílias sem acesso à terra. Como uma cultura que exige mecanização, ela só é economicamente viável se plantada em grande escala”, argumentou a antropóloga.

A terra indígena em questão é a TI Cacique Doble, também localizada no Rio Grande do Sul, onde vivem 500 Kaingang. De acordo com a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpin-SUL), lá ocorre inclusive plantio de soja transgênica. “O arrendamento [de terras tradicionais] hoje faz parte da cultura Kaingang, mas foi algo imposto. O SPI arrendava terra dos indígenas para as serrarias e expulsava quem era contra”, declarou Romancil Cretã, o coordenador da entidade e um membro do povo Kaingang. “Quando o presidente Lula assinou a polêmica Medida Provisória que liberava plantação de transgênicos e excetuava entorno de unidades de conservação e áreas indígenas³⁰, lideranças Kaingang da TI Cacique Doble escreveram para ele reclamando que ficaram de fora”, revelou a antropóloga do Instituto Sócioambiental (ISA), Fany Ricardo.

Há um ponto que une setores favoráveis e contrários às parcerias agrícolas: a análise de que elas surgem em um contexto de dificuldade de efetivação de políticas públicas que garantam a sustentabilidade dos povos indígenas. “Vejo esta iniciativa como uma grande fonte de renda para os índios, que, por muitas vezes, passam por dificuldades de atendimento médico, escolar e alimentar”, opinou o primeiro-secretário da Famato. “A Funai é conivente com essa realidade. Os gestores se justificam ponderando que não há alternativas de renda para os indígenas”, sustentou Francisca Ângelo, a Chiquinha Paresi, membro do Conselho Nacional de Política Indígena (CNPI).

CASO | Povo Paresi: os índios sojeiros do MT

Em 2009, os Paresi estão colhendo no Mato Grosso 12 mil hectares de soja, a quinta safra desde que se iniciaram contratos de parceria com fazendeiros e com uma empresa da região. A existência de lavoura mecanizada nas terras indígenas (TIs) Paresi, Rio Formoso e Utiriti, se por um lado representa conquistas para esse povo (como o retorno às aldeias dos homens que trabalhavam nas fazendas e a obtenção de renda para investir em projetos comunitários), por outro abre um precedente que preocupa as demais etnias que vivem no Cerrado e nas áreas de transição com a floresta amazônica.

As terras indígenas são bens da União, de usufruto exclusivo de seus moradores tradicionais. Por isso, o Estatuto do Índio (de 1973) não permite que elas sejam arrendadas, proibição reforçada pela Instrução Normativa no. 3 de 2006 da Fundação Nacional do Índio (Funai). Organizações não-governamentais (ONGs) socioambientais e o movimento indígena temem que os contratos de parceria representem uma forma de driblar a lei. “Eles são apenas outro nome do arrendamento. Os tratores são do branco, os lucros também”, argumentou o coordenador da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (Mopic), Hiparidi-Xavante.

No caso dos Paresi, porém, a questão não parece tão simples. São os indígenas que trabalham na lavoura, inclusive na operação das máquinas, graças à experiência adquirida como funcionários das fazendas e aos cursos ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). O pagamento dessa mão-de-obra, assim

como o fornecimento de adubo, semente, veneno, combustível e aluguel das máquinas agrícolas, é bancado pelo parceiro não-indígena. A receita líquida é dividida de forma igual entre o fazendeiro e a associação indígena, que deposita metade da verba em uma conta no Banco do Brasil e destina o restante a aquisições coletivas e à divisão entre as famílias de cada aldeia envolvida com a respectiva lavoura.

Ângela Zunizakae mora na aldeia Bacaval, na terra indígena Utiriti, em Campo Novo dos Parecis (município que, em 2007, ocupou o quarto lugar do ranking nacional de área plantada de soja, com 298 mil hectares). Lá, a associação indígena Waymaré possui um contrato de fornecimento de insumos agrícolas com a Incofal Indústria e Comércio de Farelo, relativo a uma área de mil hectares. Na safra passada, a família de Ângela, assim como as outras 10 que vivem na aldeia, recebeu R\$ 2 mil pela repartição dos lucros da lavoura. “Deu para eu construir minha casa”, conta ela, orgulhosa, enquanto mostra a casa de madeira avarandada - estilo arquitetônico que domina a paisagem da aldeia, ao lado das malocas de palha usadas para rituais e, em menor escala, como moradia.



Ângela construiu a casa com o dinheiro da soja.

“As pessoas falam que deixamos de fazer festas tradicionais. A gente não faz mesmo festa para a soja, porque não é da nossa cultura. Mas fazemos oferta para o milho, o arroz”, afirmou o coordenador de lavoura da aldeia Bacaval e irmão de Ângela, Arnaldo Zunizakae, mais conhecido pelo apelido de “Branco”. “Hoje já não vivemos só da caça e da pesca e isso tem custo. Para fazer festa hoje, a gente precisa de dinheiro”, argumentou ele, acrescentando que graças à lavoura da soja os 52 moradores de Bacaval voltaram a plantar milho (mas já de forma mecanizada, na chamada safrinha, cuja produção também é comercializada).

Os benefícios da agricultura comercial, porém, não são unanimidade entre os Paresi. As críticas mais contundentes, em geral, vêm dos mais velhos. “Para mim a soja trouxe divisão. No meu ponto de vista, o povo ficou muito individual, olhando só para o que é dele”, afirmou Carmindo André Orezu, que também mora na TI Utiriti, na aldeia Salto da Mulher, comunidade responsável por uma área de 500 hectares de lavoura. A mulher dele, Emília Zolazokero, ainda faz “roça de toco”, a agricultura familiar dos Paresi, baseada em tubérculos (especialmente a mandioca). “Eu tenho cabaça de chicha [bebida tradicional], faço beiju e carne moqueada no centro da maloca. Quando era pequena, não tinha outra comida e eu não achava falta de nada. A gente comia isso de manhã, no almoço, à noite e estava satisfeito. Hoje a criança acorda para ir pra escola e se não tiver leite, bolacha e bolo, não come nada”, contou ela.

Emília lamenta a mudança dos hábitos alimentares



Para Branco, “cultura que não muda é a que está no museu” e a mudança de hábitos alimentares significa um avanço. “A gente estava passando fome, só comendo beiju, farinha, carne de caça e pesca. Hoje no nosso prato tem carne de boi, café, pão, fruta, uma alimentação mais equilibrada”, defende ele, que há menos de um ano também trabalha como coordenador de saúde da Associação Indígena Halitinã, conveniada com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para o atendimento dos 1.584 Paresi que vivem em nove terras indígenas no Mato Grosso, todas elas já demarcadas. Nos anos 1960, segundo dados da Funai, os Paresi eram apenas 360 pessoas. A taxa de crescimento atual desse povo é alta: 7,2% ao ano. Em 2004, quando as parcerias agrícolas começaram, nasceram 48 Paresi e morreram três, sendo um deles menor de um ano. No ano passado, foram 55 nascimentos e 4 óbitos, nenhum de crianças.

► Política integracionista

Branco, Ângela, Carmindo e Emília concordam em um ponto. A inserção dos Paresi na sociedade do consumo é bem anterior ao estabelecimento das parcerias agrícolas. O antropólogo Ivar Bussato, atual coordenador da ONG Operação Amazônia Nativa (Opan), apoiou os Paresi na batalha pela garantia de seu território. Ele afirmou que o contato desse povo com o modelo civilizatório capitalista data do século XVII, quando parte dos indígenas foi escravizada pelos bandeirantes. Desde então, o cotidiano dos Paresi passou a ser impactado pelos ciclos econômicos que marcaram a região: eles trabalharam na coleta da seringa e da poaia (erva de cujas raízes se extrai a emetina, usada como princípio ativo em medicamentos), como guarda-fios e guias das comissões telegráficas (motivo pelo qual ficaram conhecidos como “os índios de Rondon”), como vendedores de artesanato na

beira da BR-364 (construída em 1961, cortando o território Paresi de leste a oeste) e, a partir da década de 1970, com a expansão da fronteira agrícola por colonos do sul do país, como mão-de-obra barata na implementação das fazendas.

Paresis trabalharam na abertura da linha telegráfica de Cuiabá



“Em 1945, os jesuítas criaram um centro missionário em Utiariti, onde desde 1910 funcionava uma estação telegráfica”, relata Bussato. Para Emília, foi o início da desestruturação da cultura Paresi. “As coisas começaram a mudar com os jesuítas, tinha crianças de várias aldeias que estudavam lá e eram proibidas de falar o idioma”, explica ela. De fato, as aldeias onde atualmente há menos falantes do Paresi, língua pertencente ao tronco Aruak, são aquelas nas quais a ação catequizadora da chamada Missão Anchieta foi mais forte.

A mãe de Branco e Ângela, por exemplo, foi interna do centro missionário e só aprendeu a língua indígena com o marido, já adulta. Apesar disso, o casal sempre privilegiou o português nos seus diálogos. Branco fala bem Pareci porque passou parte da infância com os avós, na aldeia Formoso. Ângela, por sua vez, seguiu o caminho materno: tornou-se fluente em Paresi apenas quando se casou e passou dois anos na aldeia do marido, Juininha. Em Bacaval, as lições da professora indígena Graciele Zuizukaeru são todas em português. Pela manhã, ela dá aulas a 11 crianças de 4 a 12 anos, todas reunidas na mesma sala. Os jovens que chegam à 5a. série são obrigados a estudar na cidade: todos os dias, 13 estudantes de Bacaval pegam o ônibus na aldeia às 11h00 e só retornam às 19h00, enfrentando uma esburacada estrada de terra por onde transitam também muitos caminhões carregados de soja.

O histórico de interação com a chamada cultura ocidental ajuda a explicar por que desde 1992 os Paresi reivindicam ao governo federal apoio para a agricultura em grande escala. De acordo com o administrador-executivo regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Tangará da Serra (MT), Carlos Márcio Vieira Barros, a demanda inicial era por financiamento direto. Em setembro de 2003, após um protesto no qual os Paresi retiveram cinco funcionários da Funai durante uma semana, o presidente do órgão assinou a Portaria 865, na qual autorizava o gestor local da Funai a assinar documentos junto ao Banco do Brasil para obter financiamento agrícola por meio da penhora da safra. O banco não liberou qualquer crédito, mas os 19 contratos de parceria agrícola que começaram a ser firmados em dezembro citam a Portaria 865 na cláusula que trata “da garantia entre a comunidade e o fornecedor”.

Branco foi o primeiro Paresi a trabalhar com agricultura mecanizada dentro do território indígena, ainda em 1997, após ser funcionário de uma fazenda durante nove anos. “Quando sai de lá, meu ex-patrão me doou uma plantadeira velha e me emprestou um trator. O combustível eu conseguia com a prefeitura de Sapezal”, revelou. De início, ele plantou 45 hectares de arroz. Na safra seguinte, foram 60 hectares. No terceiro ano, em 1999, quando a área da lavoura mecanizada atingiu 90 hectares, o arroz já dividia espaço com a soja. Em 2000, a soja já era a cultura principal dos 150 hectares plantados pela família Zunizakae.

A lavoura mecanizada nas terras indígenas Paresi, que somam 1,3 milhão de hectares, não pode se expandir além dos 15.450 hectares já aceitos a contra-gosto pela Funai e pelo Ministério Público Federal (MPF), divididos em 17 lavouras não contínuas. Os outros dois contratos são referentes a mais duas plantações de mil hectares cada uma, na TI Irantxe, do povo de mesmo nome, e na TI Tirecatinga, dos Nambikwara. A localização de cada lavoura levou em conta preocupações ambientais: áreas planas, distantes de cursos d’água e das aldeias. Ainda assim, o desmatamento nessas áreas não foi autorizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Reno-

váveis (Ibama), que agora cobra da Funai a regularização ambiental. A região onde vivem esses três povos indígenas é considerada um berço de águas: lá nascem os rios Paraguai e Guaporé, além dos principais afluentes do rio Juruena.

► A busca por alternativas

Os contratos de parceria entre os indígenas e os fazendeiros são válidos até 2012. As aldeias cujos moradores já tinham contato anterior mais intenso com agricultura mecanizada, como a Bacaval, devem utilizar a verba guardada no Banco do Brasil para tentar permanecer no agronegócio por conta própria. Branco afirmou que comercialização direta da soja será o grande desafio e que aposta no mercado de agrocombustíveis para superá-lo, embora na região, até o momento, haja apenas usinas canavieiras. “Eu adoraria dizer que estamos exportando nossa produção, mas não é verdade. O Blairo Maggi [governador do Mato Grosso] é meu amigo pessoal e não compra um grão da nossa soja, porque sabe que pode dar problema. Nossa soja hoje vai para produção de ração”, declarou o indígena.

A conta-investimento na qual é depositada metade da renda líquida da soja está em nome da associação indígena Waymaré. De acordo com Branco, o saldo dela é de R\$ 1,4 milhão e deve atingir R\$ 2,2 milhões até o fim deste ano. Dinheiro que, por exigência da Funai e do MPF, só pode ser sacado ao fim dos contratos. O índio empreendedor reconhece, no entanto, que a maioria das comunidades envolvidas na agricultura mecanizada deve investir em fontes de renda mais familiares à sua cultura tradicional, como a produção e a venda de artesanato.

A Associação Halitinã, inclusive, usou parte do lucro já disponível da soja como contrapartida para a criação de peixes em tanques-rede, com apoio da Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca. Além disso, desenvolve o projeto Kani - Sustentabilidade e Geração de Renda na Extração do Pequi, com financiamento do programa Petrobbras Fome Zero.

“Esses projetos alternativos em geral carecem de acompanhamento técnico regular e de viabilidade econômica”, opinou Ivar Bussato. “Os Paresi lutaram pela terra, sobreviveram, têm direito a decidir sua história e seu jeito de viver hoje. O modelo agrícola que eles adotam é o da região, direcionado pelas multinacionais de semente e agrotóxicos”, ponderou o antropólogo. “Se eles plantassem organicamente, ninguém iria criticar, poderia ocupar dez vezes a área atual. Mas eles não dispõem desse modelo: o que têm é o da concentração de renda”, completou ele.



CAPÍTULO 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A produção de soja no Brasil continua longe de merecer o rótulo de “sustentável” ou “responsável”. Seu modo de produção voltado ao mercado externo, baseado na grande propriedade e no uso intensivo de agrotóxicos, gera uma série de impactos sociais e ambientais no país. Permanecem válidas, portanto, as recomendações apresentadas no primeiro relatório do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da Repórter Brasil.

Entre essas propostas de ação para o setor público e o empresarial, com objetivo de mitigar os impactos negativos do produto mais importante da pauta agrícola nacional, estão: o aumento da fiscalização trabalhista e ambiental; o incentivo a práticas agrícolas alternativas; o cancelamento de contrato de pré-financiamento e/ou compra de soja de produtores localizados em terras indígenas ou quilombolas; a exigência de apresentação de documentos definitivos de propriedade de terra na assinatura de contrato de pré-financiamento entre tradings de soja e produtores. E, principalmente, a reorientação da política agrária nacional com vistas à garantia da soberania alimentar e à construção de um modelo de desenvolvimento mais justo. Para isso, é fundamental a realização da reforma agrária, aliada à criação de alternativas de emprego e renda no campo.

Na safra 2008/2009, parte da bilionária dívida da agricultura empresarial brasileira foi renegociada sem que as instituições financeiras incluíssem as contrapartidas ambientais e sociais defendidas pelo CMA, como a manutenção da reserva legal das propriedades e a formalização das relações de trabalho. No tocante a novos financiamentos, porém, houve avanços, pelo menos no bioma amazônico: o Conselho Monetário Nacional condicionou a concessão de créditos rurais por bancos públicos e privados à apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e de certidões ou licença ambiental do imóvel onde o projeto será executado.

Outra boa notícia recente é a assinatura do protocolo de intenções entre o Ministério do Meio Ambiente, a Universidade Federal de Goiás e organizações não-governamentais para viabilizar a implementação do Programa de Monitoramento por Satélite do Bioma Cerrado, a exemplo do que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já realiza na Amazônia. O Cerrado deveria herdar da floresta amazônica também um mecanismo como a moratória da soja, por meio do qual a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais

(Abiove) e a Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (Anec) se comprometeram a não comprar o grão produzido em áreas desmatadas da Amazônia após a assinatura do acordo (que se deu em julho de 2006).

A produção de biodiesel no Brasil continua tendo a soja como principal matéria-prima, beneficiando especialmente a agricultura empresarial. Para que os agrocombustíveis sejam de fato um vetor de fortalecimento da agricultura familiar, a Petrobras deve consolidar seu papel estratégico, mas não exclusivo no Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB). Na prática, isso significa garantir instalações de esmagamento de outras oleaginosas nas usinas já instaladas pela estatal e naquelas em planejamento, além de investir em assistência técnica ampla, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento e a melhoria da renda dos agricultores, como reivindica o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

É necessário defender a legislação ambiental e indigenista, vistas como obstáculos à expansão do agronegócio no Brasil. Não por acaso, no último ano, aumentou a pressão por mudanças no Código Florestal, com propostas de alteração que atendem ao desejo de maximização do lucro dos grandes proprietários rurais em detrimento da preservação do meio ambiente. Na mesma linha, os sojicultores realizam lobby para alterar o processo de demarcação de terras indígenas, de modo que a garantia dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais fique condicionada aos interesses da banca ruralista. Contra essas mudanças, as organizações da sociedade civil podem cumprir um papel destaque.





MAMONA



No primeiro semestre de 2008, quando o preço do barril de petróleo começou a bater sucessivos recordes - chegando a US\$ 142 em julho -, houve quem expressasse otimismo com uma possível abertura de espaço para o crescimento de energias alternativas, em especial os agrocombustíveis. No Brasil, porém, essa expectativa foi abandonada quando o custo das matérias-primas de biodiesel, ao acompanhar o petróleo, acabou onerando a indústria nacional em tal medida que várias usinas não foram capazes de entregar o volume de agrocombustível contratado pelos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Agrocombustíveis (ANP).

Com a eclosão da crise econômica mundial no segundo semestre de 2008, o preço do petróleo caiu abruptamente, barateando também as *commodities* no mercado internacional. Concomitantemente, porém, o biodiesel - bem como óleos vegetais utilizados como alternativa aos fósseis - perdeu competitividade, o que, de acordo com especialistas no mercado internacional de óleos vegetais, atingiu também a mamona.

No início de 2009, uma análise da ICIS Chemical Business¹ acerca do mercado mundial de óleo de mamona concluiu que, com o petróleo barato, a expectativa é que a demanda pelo produto recue em relação a 2008, assim como a sua rentabilidade (o preço do óleo de mamona já caiu de US\$ 2 mil por tonelada no ano passado para US\$ 1 mil este ano). Ainda de acordo com a ICIS, esta conjuntura poderá levar a uma diminuição mundial da área plantada de mamona.

No Brasil, segundo o relatório de safra da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de abril de 2009, este fenômeno já ocorre. Em comparação com 2008, quan-

do o país plantou cerca de 160 mil hectares de mamona, a Conab prevê uma diminuição de 7,8% da área ocupada pela oleaginosa este ano (cerca de 150 mil hectares). Esta queda atinge principalmente a região Nordeste, maior produtora do país, que, dos 156 mil hectares cultivados em 2009, plantou apenas 142 mil este ano.

A queda da área plantada de mamona no Brasil, no entanto, pouco tem a ver com petróleo ou outros fatores que vêm abalando os humores do mercado internacional. De acordo com a indústria ricinoquímica no Brasil, a demanda pela mamona continua acima da capacidade produtiva dos agricultores, os preços pagos na Bahia, maior estado produtor, foram excepcionalmente bons em 2008, e a aposta na oleaginosa por parte da Petrobras, que inaugurou três novas usinas de biodiesel nos últimos dez meses (em Quixadá, no Ceará, Candeias, na Bahia, e Montes Claros, Minas Gerais), deve aumentar a concorrência no mercado interno. Então por que a mamona perdeu espaço no país?

Na avaliação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), um dos problemas envolvendo o cultivo da oleaginosa - praticado quase que exclusivamente pela agricultura familiar - foi a sucessiva quebra de acordos de usinas de biodiesel com os produtores (atrasos nos pagamentos, abandono da produção etc.), causando desconfiança e rejeição em relação à cultura. Já setores organizados ligados aos agricultores culpam as empresas e os órgãos governamentais, apontando falta de qualidade da assistência técnica, atraso na entrega e baixa qualidade das sementes, e falta de incentivos.

Em meados de 2008, a cultura sofreu um revés quando a ANP considerou o óleo puro de mamona impróprio para a produção de biodiesel em função de sua viscosidade. O governo, que havia elevado a oleaginosa a símbolo do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) desde o seu lançamento, em 2004, reagiu, argumentando que a mistura do óleo de mamona a outros óleos vegetais aumenta a qualidade do agrocombustível, discurso encampado também pela Petrobras Biocombustíveis, ramo da estatal criado no ano passado.

Seja como for, tanto o MDA quanto a Petrobras reconhecem que a mamona está longe de virar biodiesel. As usinas que continuam comprando a produção da agricultura familiar o fazem para garantir a concessão do Selo Combustível Social, mecanismo que vincula uma série de incentivos fiscais à aquisição de matéria-prima da agricultura familiar e, mais importante, possibilita a participação das usinas nos leilões de biodiesel da ANP. Em função da valorização da oleaginosa no mercado ricinoquímico, a mamona adquirida pelo setor do biodiesel é praticamente toda revendida à indústria química, transformando as usinas, em última instância, em meros atravessadores.

Já no campo, a maioria dos agricultores pouco se importa com o destino de sua produção. Na Bahia, maior estado produtor de mamona do Brasil desde a década de 1970, os sertanejos do Semi-árido cultivam a oleaginosa como uma alternativa econômica, um “seguro-safra” mais resistente à seca, que garantirá uma renda mínima em caso de perdas das lavouras de milho e feijão. Em 2008, comemoraram a alta dos preços forçada pela concorrência das indústrias de biodiesel num mercado tradicionalmente dominado pelas companhias ricinoquímicas, que produzem por exemplo lubrificantes e cosméticos, mas seu interesse pelo agrocombustível pára por aí.





CAPÍTULO 1 A MAMONA E O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL

INVESTIMENTOS FRUSTRADOS: O CASO DA BRASIL ECODIESEL

Cultivada há décadas pelos pequenos agricultores nordestinos em função de sua relativa resistência às recorrentes estiagens do Semi-árido, a mamona chegou a ser uma cultura relativamente importante em estados como o Ceará, Pernambuco e principalmente a Bahia entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, como registra a Série Histórica da Mamona do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, que acompanha o seu desempenho desde a safra 1976/77). Naquele período, o país chegou a ser o principal produtor de óleo de mamona do mundo, posição que perdeu para a Índia e para a China em meados da década de 1990.

Este histórico foi um dos principais fatores que levaram o governo federal a eleger a mamona como uma espécie de “carro-chefe” do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) em 2004, quando lhe conferiu a “missão” de imprimir ao programa brasileiro de agroenergia um caráter mais social, através de mecanismos que buscaram vincular a produção de biodiesel ao investimento na agricultura familiar.

Idealizado para ser um contraponto ao que ocorre na cadeia produtiva do etanol, dominado pelo grande agronegócio, o PNPB criou o Selo Combustível Social para obrigar as usinas de biodiesel a negociarem ao menos uma parcela da matéria-prima com os pequenos agricultores, sob risco de exclusão nos leilões de biodiesel da ANP (os leilões públicos para comercialização de biodiesel reservam 80% dos lotes para oferta exclusiva dos produtores que possuem o Selo Combustível Social). Por outro lado, ofereceu aos detentores do Selo uma série de vantagens econômicas e fiscais, como acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, acesso a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e suas instituições financeiras credenciadas, ao Banco da Amazônia (BASA), ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao Banco do Brasil (BB) ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com Selo Combustível Social².

Na prática, porém, esta estratégia tem apresentado poucos resultados. De acordo com um levantamento de fevereiro de 2009 do Ministério das Minas e Energia (MME), o óleo de soja continua sendo a matéria-prima mais utilizada para a fabricação

do biodiesel, seguida do sebo e do óleo de algodão. No mês de janeiro, a soja teve uma participação de 71% na produção nacional de biodiesel, seguida pelo sebo animal, com 25%, e o algodão, com 3%. A soma das demais oleaginosas teve uma participação de apenas 1%³.

Por outro lado, a previsão inicial do PNPB, em termos de resultados sociais, era a inclusão, em quatro anos, de ao menos 200 mil famílias de pequenos agricultores no programa, a serem atraídas por facilidades vinculadas ao Selo Social (que também já sofreu modificações no início de 2009, como descrito na próxima página). Um levantamento do MDA divulgado no final de 2008, no entanto, contabilizou apenas 38 mil famílias vinculadas ao PNPB (dado relativo ao ano de 2007; os números de 2008 ainda não foram tabulados), sendo que, para 2009, o MDA prevê a inclusão de cerca de 80 mil famílias.

De acordo com Arnaldo Campos, responsável pelo programa de biodiesel no MDA, grande parte da culpa pelo fraco desempenho da inclusão social do PNPB recai sobre a empresa Brasil Ecodiesel, primeira a iniciar a

produção industrial de biodiesel no país em 2005 e que focou seus investimentos iniciais na mamona nordestina.

O pioneirismo da Brasil Ecodiesel e seu alardeado plano de inclusão de cerca de 120 mil agricultores familiares em projetos de produção de matéria-prima de biodiesel – principalmente mamona – em todo o país atraíram o apoio (e uma certa benevolência) do governo federal e do presidente Lula, que pessoalmente inaugurou duas usinas da empresa no Piauí e no Tocantins.

A primeira das usinas inauguradas por Lula, em Floriano, Piauí, estava vinculada a um inédito projeto de “reforma agrária privada”, o Núcleo Santa Clara, em Canto do Buriti – caso descrito em detalhes no primeiro relatório O Brasil dos Agrocombustíveis⁴, do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, de abril de 2008. Criado em novembro de 2003 em uma área de 53 mil hectares cedidos à Brasil Ecodiesel pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT), o projeto foi dividido em 20 núcleos residenciais e trouxe cerca de 600 famílias para a área. O acordo entre as partes previa o fornecimento, por parte da em-

AUGE E DECADÊNCIA DA MAMONA NO BRASIL – ÁREA PLANTADA EM MIL HECTARES											
REGIÃO/UF	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
NORDESTE	342.9	410	391.9	254.9	236.1	256	221.8	223.8	166.6	129.5	112.6
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	7.8	18	24.6	19.4	12.8	14.3	13.7	10.4	8.1	6.4	1.9
CE	10	17	17.7	21.7	19.5	16.7	14.2	13.9	14	4.5	4.9
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	1,1	1	1,9	2	2	1,5	0,5	0,5	0,5	0,3	0,1
PE	22	34	38	19	26,4	35,8	32	36	34,8	3,3	14,3
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	302	340	309,7	192,8	175,4	187,7	161,4	163	109,2	115	91,4

Fonte: IBGE

Diante das metas, são poucos os agricultores familiares no PNPB



MUDANÇA NO SELO COMBUSTÍVEL SOCIAL FACILITA VIDA DAS EMPRESAS

Elaborado, concedido e fiscalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Selo Combustível Social previu, desde o início do PNPB, uma série de facilidades fiscais para o setor industrial que adquirisse matéria-prima da agricultura familiar, como acesso a alíquotas de PIS/PASEP e COFINS com coeficientes de redução diferenciados (ver tabela).

ALÍQUOTAS DE PIS/PASEP E DE COFINS APLICADAS AO BIODIESEL		
PIS/Pasep e Cofins (R\$/Litro de biodiesel)		
	Sem selo Combustível Social	Com selo Combustível Social
Regiões Norte, Nordeste e Semi-árido:		
Mamona e palma	R\$ 0,15	R\$ 0,00
Outras matérias-primas	R\$ 0,218	R\$ 0,07
Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul:		
Qualquer matéria-prima, inclusive mamona e palma	R\$ 0,218	R\$ 0,07

Como estabelecido por meio de Instrução Normativa (IN), o Selo seria concedido apenas às usinas que estabelecessem um contrato de assistência e compra e venda (com índices pré-estabelecidos) com agricultores familiares, estimulando assim a sua integração na cadeia produtiva do biodiesel. Nesse sentido, pela versão original da IN de 2004, a indústria de biodiesel teria que comprovar que, dos gastos com matéria-prima, ao menos 50% seriam com produtos da agricultura familiar no Nordeste e Semi-árido, 30% nas regiões Sudeste e Sul, e na região Norte e Centro-Oeste, 10%.

Desde o início deste ano, as regras do Selo foram modificadas por meio de uma nova Instrução Normativa, publicada em 25 de fevereiro de 2009. Uma primeira mudança se refere ao percentual de aquisição de produtos da agricultura familiar no Nordeste, que, de 50%, passa a ser de 30%. Já para o Norte e o Centro-Oeste, o coeficiente continua em 10% até a safra 2009/2010. Na safra 2010/2011, subirá para 15%. Sul e Sudeste mantêm o percentual de 30%.

Mais significativa, porém, é a modificação que permite às empresas incluir nestes percentuais de “gastos com a agricultura familiar” não apenas a aquisição de matéria-prima, mas os recursos destinados a outros serviços previstos pelo Selo Combustível Social. Sementes e adubos “doados” aos agricultores, correção de solo, hora máquina e/ou combustível, além de salário, diárias, deslocamento, alimentação, material didático e hospedagem dos técnicos que prestam assistência aos produtores (agora obrigatória) entram no cálculo.

Nas regiões Norte, Nordeste e do Semi-árido, todos estes gastos podem ser somados à compra da produção dos pequenos agricultores para fechar o percentual obrigatório de participação da agricultura familiar na cadeia

produtiva da usina, para que tenha direito ao Selo. Já no que diz respeito às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, as “despesas adicionais” podem chegar apenas a 50% do valor gasto com matéria-prima.

Para Francisco Lucena, coordenador da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), estas mudanças favorecem ainda mais as empresas, já beneficiadas pelas isenções tributárias, em detrimento dos agricultores. Se antes a assistência técnica e demais auxílios

à produção familiar eram tidos como uma contrapartida social aos incentivos fiscais, a sua inclusão no cômputo dos gastos com a agricultura familiar diminui a rentabilidade do biodiesel para os produtores.

“Por exemplo: nas regras antigas, para que os requisitos do Selo Social fossem cumpridos, se a empresa gastava 100 mil com matéria-prima no Nordeste, 50 mil iam para a agricultura familiar. Hoje, ela gasta 5 mil com assistência técnica, 3 mil com insumos, 3 mil com correção de solo, 2 mil com sementes, e apenas 17 mil são destinados aos produtores”, explica Lucena.

Arnoldo Campos, responsável pelo programa de biodiesel no MDA, argumenta que as mudanças no Selo devem gerar um equilíbrio regional maior no setor do biodiesel, uma vez que só recebe os benefícios fiscais - isenção do PIS/Pasep e Cofins - a empresa que efetivamente produzir biodiesel da matéria-prima adquirida da agricultura familiar. Isso deixa as usinas nordestinas, que compram mamona - altamente valorizada - dos pequenos agricultores, mas revendem o produto para a indústria química, em desvantagem em relação às usinas do Sul, que compram soja da agricultura familiar e produzem biodiesel do grão. Ou seja, ao ampliar o leque de custos que podem ser incluídos na contabilidade do Selo no Nordeste e no Norte, as empresas se beneficiariam também nestas regiões.

“Fora do Sul, a agricultura familiar sofre de baixa tecnologia e produtividade. Então tivemos que incentivar as empresas a investirem nas regiões mais pobres”, argumenta Campos. Já Lucena, que reconhece que a Fetraf não participou do remodelamento do Selo Combustível Social, avalia que as mudanças foram uma concessão ou resposta à pressão das empresas, o que tiraria cada vez mais o caráter social do PNPB.

presa, de sementes, assistência técnica, o manejo do solo e o plantio da mamona, além da titulação, após dez anos, de 25 hectares para cada família. Os agricultores, por sua vez, se responsabilizariam pelo trato cultural e por entregar, a cada ano, 3 mil kg de mamona.

Já no segundo ano do projeto, os produtores começaram a se queixar de atrasos no plantio, falta de sementes e não cumprimento de outros acordos por parte da empresa. Nos anos seguintes, o projeto, que, ao nascer, havia sido considerado um modelo de inclusão social do biodiesel, passou a ser alvo de denúncias e investigações por parte do Ministério Público do Trabalho por “fraude na relação de emprego, mediante desvirtuamento do contrato de parceira agrícola; assédio moral; trabalho infantil; e meio ambiente do trabalho inseguro”, como consta em processo concluído em 2008.



Famílias do projeto Santa Clara passam necessidades

O não cumprimento de acordos por parte da Brasil Ecodiesel com pequenos agricultores parceiros em todo o Brasil - e em especial no Nordeste - acabou causando uma debandada do setor do PNPB, avalia Arnaldo Cam-

pos. Em vários estados, também levou a um abandono da cultura. O Piauí, que chegou a ter uma área de 15,8 mil hectares na safra 2005/06⁵, por exemplo, este ano plantou apenas 2,3 mil hectares, segundo levantamento da Conab.

Já no Paraná, onde o governo estadual anunciou, em 2008, um programa de investimento intensivo em agroenergia, o atraso do pagamento a cerca de 200 agricultores da região de Wenceslau Bráz por parte da empresa levou a um grande retrocesso da implantação da mamona no Estado, explica Richardson de Souza, coordenador do programa de bioenergia da Secretaria Estadual de Agricultura. De acordo com ele, os agricultores ficaram receosos e a área plantada de mamona, que em 2008 foi de cerca de 400 hectares, deve diminuir pela metade em 2009.

No Rio Grande do Sul, a Brasil Ecodiesel causou graves prejuízos aos agricultores com a distribuição de sementes de péssima qualidade, afirma o coordenador de agroenergia da Embrapa Clima Temperado de Pelotas, RS, Sérgio Delmar dos Anjos e Silva. Segundo ele, a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu - entidade estudada no primeiro relatório do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis sobre soja e mamona, no ano passado - teve que descartar aproximadamente 20 toneladas de sementes fornecidas pela empresa em função de doenças. Comparativamente, áreas cultivadas com sementes da Brasil Ecodiesel produziram uma média de 300 kg/ha, enquanto outros produtores chegaram a picos de 2,4 mil kg/ha.

Por outro lado, muitos parceiros têm vendido a mamona contratada pela empresa à indústria química - que tem pago um preço superior ao praticado pela Brasil Ecodiesel -, o que contribuiu para a fragilização da sua saúde econômica. Amargando sucessivos prejuízos nos últimos anos - R\$ 38 milhões em 2006, R\$ 45,9 milhões em 2007 e R\$ 197,1 milhões em 2008 -, ao longo do terceiro trimestre do ano passado a Brasil Ecodiesel deixou de entregar o volume de biodiesel arrematado nos leilões da ANP (que, em novembro, chegou a cancelar parte dos contratos, rescisão posteriormente anulada pela Justiça).

De qualquer forma, a empresa está abandonando a mamona para aderir à soja. Como afirmou em balanço publicado em março deste ano, “os investimentos efetuados para o desenvolvimento da cultura de mamona no Semi-árido brasileiro, através da agricultura familiar, não apresentaram os resultados esperados”. A opção pela soja pode ser verificada nos resultados de suas unidades nos últimos dois anos: na usina de Rosário do Sul (RS), pólo produtor do grão, por exemplo, a comercialização de Biodiesel saltou de 17,4 mil m³, em 2007, para 37,7 mil m³ em 2008. No mesmo período, nas unidades de Floriano (PI), Crateús (CE) e Iraquara (BA), focadas na mamona, a comercialização de Biodiesel caiu de 31,8 mil m³ para 4,6 mil

m³ na primeira, de 44,9 mil m³ para 22,3 mil m³ na segunda e de 61 mil m³ para 39,3 mil m³ na terceira.

Não obstante, as irregularidades no cumprimento das normas do Selo Combustível Social apuradas pela auditoria do MDA nas unidades da empresa, e a insuficiente prestação de contas ao ministério em 2008, devem levar a Brasil Ecodiesel a perder a certificação em três ou quatro de suas seis usinas em 2009, adianta Arnaldo Campos. De acordo com ele, apesar de politicamente muito negativo para o governo em função da forte aposta publicitária na empresa como ícone do PNPB, “o MDA deve quebrar a Brasil Ecodiesel”.



Usina da Brasil Ecodiesel em Tocantins, inaugurada por Lula, pode perder Selo

Além do inerente aspecto social, porém, o investimento na agricultura familiar também é uma necessidade econômica, já que, segundo o coordenador do programa de biodiesel do MDA, Arnaldo Campos, a estatal ainda não cumpriu os requisitos do Selo Combustível Social. “A empresa já está com o Selo há três meses e ainda não providenciou assistência técnica, por exemplo”, explica Campos.

Para atender às exigências a suas usinas, a Petrobras tem adotado a estratégia de formar parcerias com os governos estaduais e com organizações e movimentos dos agricultores. Em Minas Gerais, onde o presidente Lula inaugurou a unidade de Montes Claros em abril deste ano,

de acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), que deve assumir o apoio técnico aos agricultores, foram cadastrados 8.675 produtores familiares, na expectativa de uma produção de 7 mil toneladas em 5,8 mil ha.

No Ceará, o governo estadual, maior parceiro da Petrobras, assumiu um papel decisivo no projeto de fortalecimento da mamona. Um programa de incentivo ao cultivo da oleaginosa, que, até 2008, pagou R\$ 150 por hectare a quem

produzisse mamona - num limite de três hectares -, foi ampliado, com vista ao fortalecimento de práticas ambientalmente sustentáveis. Segundo a Secretaria da Agricultura, hoje o incentivo pode chegar a R\$ 300/ha, num limite de cinco hectares, à mamona cultivada com manejo agroecológico. Este programa está sendo utilizado pela Petrobras como base inicial para suas operações.

De acordo com o gerente de suprimentos da empresa, Paulo Roberto Moreira Dias, a estatal aproveitou o cadastramento do governo para buscar seus próprios parceiros. Mas reconhece que a pouca cultura organizativa dos agricultores (como cooperativas e associações) dificulta o fechamento de contratos, que são feitos de forma individual com cada produtor. Outro desafio, segundo Dias, é reconquistar agricultores que foram prejudicados em contratos com a Brasil Ecodiesel, já que, “onde a Brasil Ecodiesel atuou, deixou traumas que estamos tentando minimizar”. No início de 2009, a soma dos agricultores contatados nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí e Paraíba (vinculados à usina de Quixadá) totalizou 25 mil cadastrados com interesse em contratos.

A PETROBRAS

Com o fracasso do projeto de produção de biodiesel de mamona da Brasil Ecodiesel, a única empresa que ainda investe consistentemente na oleaginosa é a Petrobras. Nos três estados onde instalou suas usinas (Bahia, Ceará e Minas Gerais), a estatal tem buscado parceiros da agricultura familiar - obrigatórios para a manutenção do já concedido Selo Combustível Social - entre os produtores de mamona, apesar de reconhecer que, no atual estágio de organização produtiva, a cultura não tem resultados.

Atualmente, as usinas, que ainda não têm instalações de esmagamento, compram óleo de soja no mercado para produzir biodiesel e revendem a mamona da agricultura familiar para a indústria química. Mas a decisão de fomentar a produção familiar de mamona, principalmente no Nordeste, é política e deve orientar os futuros investimentos da estatal, garantem seus diretores.



Já na Bahia, os principais parceiros da Petrobras são as organizações sociais de agricultores, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Luta pela Terra (MLT), afirma o diretor da estatal no estado, David Leal. Segundo ele, a empresa, que já vinha desenvolvendo projetos com o MST e a Fetraf através do programa Petrobras Fome Zero há alguns anos, contou com o auxílio das entidades para divulgar o programa de parcerias para o biodiesel e cadastrar agricultores, cooperativas e associações interessadas, chegando a um total de 17 mil produtores (a maioria dos contratos é com produtores de mamona, mas o programa também inclui culturas como o dendê e o girassol).

Segundo Leal, além dos acordos de compra da produção, os contratos na Bahia incluem fornecimento de sementes, manejo do solo (principalmente descompactação da terra), e assistência técnica. A meta do projeto é produzir 75 mil hectares de mamona através de parcerias com cerca de 32 mil agricultores.

DIFICULDADES

Do ponto de vista econômico, o desafio de viabilizar a mamona no mercado de agroenergia é grande. Numa comparação com a soja, cultura mais utilizada na produção de biodiesel (e que deve ocupar este ano cerca de 21,5 milhões de ha, frente a 150 mil ha de mamona), além da baixa produção, o preço da baga ou do óleo de mamona está muito longe de ser competitivo. Em julho de 2008, por exemplo, quando as *commodities* atingiram um pico de alta dos preços, enquanto a saca de soja de 60 kg girava em torno dos R\$ 47, a mamona foi vendida a R\$ 85. No mesmo mês, a tonelada de óleo de mamona saiu por cerca de R\$ 5 mil, contra R\$ 2,2 mil a tonelada de óleo de soja. Esta relação se alterou pouco no início de 2009: em abril, enquanto a saca de soja era vendida a R\$ 42 (cotação de Barreiras, BA), a mamona estava cotada a R\$ 62 em Irecê (BA). Da mesma forma, a tonelada de óleo da primeira custava R\$ 1,6 mil, contra R\$ 4,1 mil o óleo da segunda⁶.

Além da pouca oferta e dos altos preços da mamona, o setor de agroenergia também concorre com o conso-

lido mercado da indústria ricinoquímica, em última instância o destino final da produção atualmente. “As usinas de biodiesel, como qualquer empreendimento, têm de focar em resultados. Caso o óleo de mamona produzido em sua indústria seja caro demais para produção de biodiesel, faz mais sentido vendê-lo para o mercado da ricinoquímica, que é carente de produto - o setor, aliás, já tem uma capacidade ociosa tremenda por falta de mamona. A resposta para a utilização da mamona na indústria de biodiesel, enfatizamos, passa pelo preço”, afirma Adrian Gouw, gerente comercial da Bom Brasil, uma das maiores empresas do setor ricinoquímico da Bahia.

O fator preço, por sinal, tem levado muitos fornecedores de mamona a trocar de clientes sem aviso prévio. Tanto a Petrobras como a Brasil Ecodiesel apostaram nos acordos (com preços pré-estabelecidos) com os agricultores para garantir a entrega da mamona. Este mecanismo, no entanto, acabou se mostrando ineficiente, já que, no momento da venda, os contratos foram ignorados e a produção comercializada de acordo com as melhores perspectivas de ganho.

Segundo Edivando dos Santos, presidente da Cooperativa Regional de Reforma Agrária da Chapada Diamantina (Coopracd) e coordenador de produção do MST da região de Itaberaba, BA, a “infidelidade” dos produtores acaba sendo uma questão de sobrevivência. “Em 2008, fizemos um acordo com a Petrobras, mas acabamos vendendo a maior parte da mamona para a indústria química, que estava pagando melhor. O pouco que vendemos para a estatal foi para ficarmos no mercado. Além de pagar menos, ela também demorava cerca de 30 dias para depositar o dinheiro, enquanto a Bom Brasil, por exemplo, pagou na hora. Para a Cooperativa, responsável pela remuneração dos agricultores, é essencial que tenha dinheiro em caixa para fazer as transações comerciais. Isso nos obriga a escolher quem paga mais e mais rápido”, explica.



Edivando dos Santos: no mercado da mamona, leva quem paga mais

Diante desta situação de insegurança, a Petrobras resolveu modificar as regras de parceria. De acordo com o diretor na Bahia, David Leal, a empresa estendeu os contratos de um para cinco anos e ofereceu um preço mínimo - a média dos últimos 36 meses mais 10% - como piso, ou o pagamento do preço de mercado como teto. Além disso, garante a assistência técnica, a logística (buscará a produção no campo) e a entrega de sementes de mamona, milho e feijão (culturas alimentares plantadas em consórcio com a mamona). Na Bahia, a estatal também criou um fórum de debate e decisão sobre as políticas do projeto de biodiesel - a Reunião de Análise Crítica (RAC) - que reúne os movimentos sociais, bancos públicos e órgãos governamentais, experiência considerada bastante exitosa por Leal.

A pergunta agora é se a opção pela mamona - e outras culturas da agricultura familiar, como o girassol, o amendoim e o dendê na Bahia - se sustentará em longo prazo. Os altos investimentos em uma cultura instável, onerosa e de pequena expressão no mercado nacional podem gerar questionamentos, uma vez que a Petrobras é uma empresa de capital misto. Ou seja, do ponto de vista da eficiência econômica, por que apostar na mamona? A dúvida se justifica porque a estatal não goza dos incentivos fiscais do PNPB, já que não esmaga a oleaginosa - e, mesmo se esmagasse, seria mais provável que revendesse a produção para a indústria química, devido ao alto preço. Outra questão em aberto: se o óleo de mamona virar biodiesel, o preço final deste produto na bomba seria viável?

Segundo Arnaldo Campos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, à época da criação do PNPB o preço da mamona era competitivo, o que justificou os investimentos iniciais na cultura. Mas, frente à necessidade estratégica de diversificar as matérias primas do biodiesel

- a dependência exclusiva da soja é um risco que o programa de agroenergia não pode correr, defende -, os preços atrativos das oleaginosas da agricultura familiar, como mamona, canola, girassol e amendoim, por exemplo, são um estímulo para a expansão das culturas.

“Para o MDA, preço bom é bom. A mamona, na nossa avaliação, é uma reserva energética muito importante, e é muito melhor trabalhar a expansão da área em períodos de alta dos preços, já que isto é um incentivo adicional para os agricultores. Do ponto de vista econômico, se fizermos uma comparação com a cana, é obvio que não chegamos nos patamares produtivos de hoje sem investimentos”, afirma Campos. Da mesma forma, a mamona seria caixa para o governo, porque, mesmo não direcionando a produção para a fabricação de biodiesel no presente, não teria prejuízos com os investimentos, já que a oleaginosa é vendida no mercado a preços competitivos, avalia.

Na Bahia, David Leal também defende os investimentos na mamona como uma estratégia para garantir suprimentos para o programa de agroenergia em médio e longo prazo. Enquanto empresa de petróleo, argumenta Leal, a Petrobras recebeu incentivos e investimentos de 1954 a 2000 para chegar ao atual estágio de auto-suficiência. Segundo ele, o programa de biodiesel deve ser encarado da mesma forma, como um investimento estratégico na segurança energética do país. A Petrobras Biocombustível é um programa estratégico para o país que exigirá um tempo de maturação, também argumenta o gerente de suprimentos da Petrobras no Ceará, Paulo Roberto Moreira Dias. “O desafio é enorme, mas acredito que em cinco anos possamos atingir um equilíbrio econômico”, aposta Dias.



CAPÍTULO 2 IMPACTOS DA MAMONA E DO PNPB NA AGRICULTURA FAMILIAR

ORGANIZAÇÕES CONTINUAM RETICENTES

As três maiores organizações de trabalhadores rurais do país - MST, Fetraf e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), através de suas federações estaduais - não negam o interesse na mamona para o biodiesel, desde que atenda aos interesses dos agricultores; dançar conforme a música das empresas e do governo, no entanto, não tem gerado grande entusiasmo.

Tanto o MST quanto a Fetraf, bastante próximos da Petrobras na Bahia e em Minas Gerais, têm declarado interesse nas parcerias e no cultivo de mamona, mas reivindicam uma participação maior na cadeia do biodiesel. Ou seja, além dos incentivos ao cultivo da oleaginosa, querem participar do processamento com a produção e venda do óleo, um tema bastante controverso.

Segundo a Petrobras, apesar do desejo de que o avanço na cadeia produtiva aconteça, a estrutura organizativa dos movimentos e cooperativas ainda é muito frágil, o que implica no adiamento de financiamentos para projetos de processamento. Já os movimentos afirmam que o vigor nos investimentos da empresa no biodiesel caiu, sendo que o etanol de cana estaria canalizando a maior parte dos recursos disponíveis para o setor.

De acordo com Francisco Lucena, da direção nacional da Fetraf, a entidade havia proposto algumas experiências-piloto de esmagamento de mamona em Minas Gerais, com ampliação na infraestrutura regional, como estradas. Mas depois de uma sinalização positiva, a crise econômica global, que explodiu no segundo semestre de 2008, teria levado a empresa a recuar. “O objetivo da Petrobras era entrar no mercado como a maior empresa de biodiesel, e investir na agricultura familiar principalmente através da organização de cooperativas. Mas agora ela é uma mera atravessadora da produção de mamona”, avalia Lucena.

Já o MST demanda, além do controle sobre a cadeia produtiva, que os investimentos visem o desenvolvimento e a melhoria da renda nos assentamentos de forma mais ampla, explica Julio César Vasconcelos, coordenador de produção do MST na Bahia. Para isto, a assistência técnica dos contratos com a Petrobras teria que trabalhar os assentamentos de forma sistêmica, e não recortada para as

culturas de milho, feijão e mamona, como proposto pela empresa, explica.



No Ceará, a Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (Fetraece), ligada à Contag, está tentando reestruturar a produção da mamona depois de uma experiência traumática de parcerias com a Brasil Ecodiesel. Segundo Antonio Darinho do Nascimento, presidente da cooperativa da entidade, a Cooperbio, os contratos com a empresa foram cortados depois de uma série de problemas, principalmente o não recolhimento da produção nas propriedades. “No ano passado, teve agricultor que botou fogo na mamona de raiva. Dos 23 mil que plantaram a oleaginosa, só 9 mil conseguiram comercializar. Enviamos um comunicado a todos os sindicatos filiados explicando que rompemos os convênios com a Brasil Ecodiesel, mas como os contratos são individuais, cada agricultor fica livre pra fazer o que quer. Mas agora estamos conversando com a Petrobras, que nos ofereceu um preço satisfatório, para retomar o cultivo de mamona como uma atividade complementar às culturas alimentares”, diz Darinho.

Já a Fetraf no Estado, que também foi muito crítica aos convênios de integração praticados pela Brasil Ecodiesel, ainda não apostou suas fichas na Petrobras como alternativa, explica o coordenador da entidade no Ceará, Manoel Arnaud Peixoto. Segundo ele, “ainda não temos uma boa relação com a Petrobras, e acreditamos que, se a agricultura familiar permanecer como mera produtora de matéria-prima, a renda da mamona não é significativa”.

Independente do processo de construção das relações comerciais e políticas com empresas e governos, no entanto, os movimentos têm queixas quanto aos serviços já prestados. Tanto na Bahia quanto no Ceará, de acordo com o MST e a Fetraf os agricultores receberam sementes de má qualidade da Petrobras e dos governos estaduais, entregues fora do tempo de plantio, o que prejudicou a produção. Da mesma forma, denunciam as entidades, a assistência técnica tem sido problemática, insuficiente e falha.

De acordo com o assessor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [Incra] no Ceará, Eduardo Barbosa, o grande problema da assistência tem sido seu foco exclusivo na mamona, o que deixa a propriedade e o projeto de viabilização da agricultura familiar de fora. “Isto é um retrocesso”, diz Barbosa, que defende a adoção de práticas agroecológicas como alternativa mais viável para as pequenas propriedades.

O problema é semelhante na Bahia, avalia o dirigente do MST, Julio Vasconcelos. Segundo ele, até o início de abril deste ano o MST não havia fechado contratos com a Petrobras em função de desacordos no que diz respeito à assistência técnica. “A Petrobras sugeriu uma remuneração de R\$ 29/mês por família atendida (cada técnico é responsável por 100 famílias, de acordo com as normas do Selo Combustível Social), a ser repassada para as cooperativas para contratação de agrônomos. Consideramos isso um valor inviável, já que há todos os encargos e custos com deslocamento, alimentação, etc. Achamos que o mínimo seria um pagamento de R\$ 45/mês por família atendida”, explica Vasconcelos.

Pragmático, o coordenador do MST avalia que a permanência da Petrobras nos projetos com a agricultura familiar é uma questão de vontade política da estatal e do governo federal. “Se a empresa der um subsídio inicial para a mamona, a cultura pode deslanchar. Mas a oleaginosa tem mercado garantido, com ou sem a Petrobras. O porém é que se tivermos apenas a ricinoquímica no setor, os preços voltarão a cair. Na minha opinião, se a Petrobras não incentivar a atividade, nunca teremos biodiesel de mamona”.



CASO | A mamona na Bahia

Contrariando todas as expectativas, depois de um ano de ótimos resultados, a Bahia diminuiu a área plantada de mamona em 2009. De acordo com o sétimo levantamento da safra de grãos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), publicado em abril, a oleaginosa ocupa este ano 101,5 mil hectares, uma queda de 17,7% em relação à safra 2007/08, que cultivou 123 mil ha. Não obstante, a Bahia continua sendo o maior produtor da oleaginosa do país, mantendo uma tendência histórica. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que acompanha o desempenho da cultura desde 1977, a mamona chegou a ocupar 340 mil hectares do território baiano na safra 1984/85, época em que o Brasil ainda dominava o mercado internacional de óleo de rícino, principal destino do produto⁷.

Apesar de o país ter perdido a liderança do mercado de óleo para a Índia e a China na década de 1990 - o que levou a uma diminuição significativa da área plantada de mamona na Bahia -, a oleaginosa passou a compor a cultura produtiva do sertanejo baiano assim como o milho e o feijão, formando com eles a "tríade de sustentação" da agricultura familiar do Semi-árido. Isto se deu, de forma geral, em função de alguns fatores: a relativa resistência à seca, o conhecimento empírico do cultivo, a produção das próprias sementes, a facilidade de armazenamento, a boa produtividade e um mercado sempre demandante transformaram a mamona, plantada em sistema de consórcio com as culturas alimentares, em uma espécie de fonte fixa de renda, disponível ao longo do ano e mesmo em períodos em que a estiagem maltratou as culturas alimentares.

Tomando-se como base o desempenho do feijão, do milho e da mamona na safra 2007/08 na região de Irecê, maior produtora do Estado, por exemplo, temos que, em função da seca neste período, 56,8 mil hectares de feijão e 69,8 mil hectares de milho foram perdidos, contra apenas mil hectares perdidos de mamona. Na safra deste ano (2008/09), ainda mais castigada pela estiagem, dados do Acompanhamento de Plantio da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) apontam que, dos 45,4 mil hectares de feijão plantados na região de Irecê, 23,8 mil tinham sido perdidos até meados de fevereiro. As perdas do milho no mesmo período atingiram 25,5 mil dos 154,9 mil hectares plantados, e apenas a mamona resistiu⁸.

Em Itaitê, o assentado Leônio dos Santos lamenta perdas do milho e do feijão, mas espera resultados da mamona



SÉRIE HISTÓRICA DA MAMONA NA REGIÃO DE IRECÊ, BA

Ano	Área Plantada (Ha)	Área Perdida (Ha)	Produção (Ton)	Preço (sc de 60Kg)	Rend. (Kg/Ha)
Safra 05/06	56.433	0	31.687	31	562
Safra 06/07	60.857	0	26.513	55	435,7
Safra 07/08	67.693	1.000	55.770	73	734
Obs.: Preços médios					
Fonte: EBDA					

SÉRIE HISTÓRICA DO MILHO NA REGIÃO DE IRECÊ, BA

Ano	Área Plantada (ha)	Área Perdida (ha)	Produção (ton)	Preço saca/60kg	Rend. (kg/ha)
Safra 05/06	112.842	63.859	43.015	18	878
Safra 06/07	164.227	86.221	46.272	18	536,7
Safra 07/08	140.553	69.800	40.075	25	552
Obs.: Preços médios					
Fonte: EBDA					

SÉRIE HISTÓRICA DO FEIJÃO NA REGIÃO DE IRECÊ, BA

Ano	Área Plantada (ha)	Área Perdida (ha)	Produção (ton)	Preço saca/ 60kg	Rend. (kg/ha)
Safra 05/06	115.880	79.214	5.987	80	163
Safra 06/07	102.772	73.877	6.021	50	208,4
Safra 07/08	75.480	56.880	2.017	150	27
Obs.: Preços médios					
Fonte: EBDA					

Em relação aos preços da cultura, 2008 foi um ano excepcionalmente bom para a mamona, como mostra a tabela acima. Enquanto a saca de 60 kg de feijão na região de Irecê (que regula os preços da cultura no Nordeste) foi vendida, em média, a R\$ 150, e a de milho a R\$ 25, o preço médio da mamona foi de R\$ 73⁹, com picos de R\$ 86. Se compararmos as 2.017 toneladas de feijão colhidas na região com as 55.770 toneladas de mamona, no entanto, temos um rendimento de R\$ 5,04 milhões na primeira e R\$ 66,9 milhões na segunda cultura, um diferencial significativo para o orçamento dos agricultores.

No início de 2009, no entanto, a mamona sofreu uma desvalorização em relação ao ano anterior, oscilando entre R\$ 50 e R\$ 62. Esta faixa de preço, estima o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deve se manter ao longo do ano.

A título de comparação, os preços do milho, cotados pelo CEPEA/ESALQ e Instituto de Economia Agrícola (IEA) de São Paulo, ficaram em torno de R\$ 22 a saca de 60 kg, e os do feijão, também cotados pelo IEA, tiveram picos de R\$ 122 e baixas que chegaram a R\$ 60¹⁰.

► Mamona não substitui alimentos

Apesar do bom desempenho agrícola e econômico da mamona, de acordo com os agrônomos da EBDA Valfredo Vilela e Ariosvaldo Moraes, a oleaginosa não tem suplantado ou substituído as culturas alimentares em termos de área plantada. Segundo os agrônomos, hoje como na década de 1970, o sertanejo vê a mamona como um complemento da economia familiar - baseada no milho e no feijão -, mesmo porque a alta do preço é um fenômeno mais recente, desencadeado pela entrada da indústria do biodiesel num mercado dominado, até 2005, pela rícinocímica.

Um exemplo deste comportamento é o planejamento produtivo do MST na região de Itaberaba. Sediada em Itaitê, pequeno município localizado aos pés da Chapada Diamantina, a Cooperativa Regional

de Reforma Agrária da Chapada Diamantina (Coopracd), presente em nove assentamentos e acampamentos na região, pretende estreitar as relações com a Petrobras, com quem desenvolve um projeto de cultivo de mamona através do programa Petrobras Fome Zero desde 2003. Mas o MST quer um planejamento sistêmico das áreas que trabalhe a mamona como apenas mais uma cultura das atividades produtivas.

No assentamento do Baixão, um dos mais organizados da região e que abriga hoje 140 famílias, a mamona sempre foi um cultivo importante, apesar de complementar às culturas alimentares. Segundo o presidente da Coopracd, Edivando dos Santos, que também preside a Associação dos Assentados do Baixão e coordena o setor de produção do MST na região, apesar do projeto da Petrobras Fome Zero (que incluiu a construção de três galpões, a aquisição de vários veículos, um escritório em Itaitê e assistência técnica), em 2008 a cooperativa acabou vendendo a maior parte de sua produção para a indústria de óleo de mamona Bom Brasil, sediada em Salvador, uma vez que seus preços (até R\$ 80 a saca de 60 kg) eram bem melhores do que os da Petrobras (R\$ 55, em média).

Os bons resultados da oleaginosa no ano passado levaram os assentados do MST a ampliar a área de mamona em 2009 em cerca de 40% - aumento que também se deu com o milho e o feijão, culturas consorciadas, explica Edivando -, mas o projeto produtivo no Baixão é muito mais amplo. De acordo com o agricultor Leônio Oliveira dos Santos, que este ano sofreu grandes perdas nas culturas de milho e feijão, a mamona passou a ter uma importância maior com o agravamento das estiagens e o "descontrole" das chuvas, que "hoje caem fora de época e em pontos esparsos". Mas a idéia ainda é trabalhar a mamona, que tem uma boa produtividade, como complemento das culturas alimentares e garantir a soberania alimentar do assentamento, explica Leônio.

Atualmente, os assentados do Baixão se dedicam principalmente à criação de gado e suínos, e ao cultivo de mandioca, mamona, milho, feijão de arranque, feijão de corda, amendoim, abóbora, castanha, pinha e banana. De acordo com um levantamento do agrônomo Edson Fernandes, técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), somada a economia produtiva anual do assentamento, a renda mensal média das famílias gira em torno de R\$ 435,34, o que é considerado um bom resultado. Neste balanço (elaborado com base nos resultados do último ano), a pecuária de corte, praticada por 124 famílias, foi a atividade mais rentável do Baixão (rendeu R\$ 198 mil ao assentamento), seguida pela mandioca (R\$ 147 mil) e pela mamona (R\$ 113,4 mil). O rendimento do milho foi de R\$ 75,6 mil, e do feijão, R\$ 91 mil.

O controle ambiental também é uma prioridade no Baixão, explica o agricultor Leônio dos Santos. Além de banir os insumos químicos - o que não gera grandes perdas, já que as terras do assentamento ainda são muito férteis -, o MST procura manter a reserva legal de cada área familiar e do assentamento, sob pena de repreensão. Assim, a abertura de novas áreas para a mamona é feita de forma controlada, sendo que os investimentos maiores são na qualidade das sementes e nas técnicas de cultivo para o aumento da produtividade.

Nesse sentido, em alguns lotes coletivos, localizados às margens do rio Una, a Coopracd tem desenvolvido experimentos de consorciamento de mamona, milho e feijão, além de testes com variedades de sementes, para avaliar o desempenho das culturas. De acordo com Edivando e Leônio, a produtividade média de mamona no Baixão é de

900 kg por hectare, chegando a picos de 1200 Kg, resultado considerado bom. "Chegamos a verificar que a mamona sozinha, sem o consorciamento, tem obtido resultados até melhores, mas essa não é uma possibilidade para o assentamento, em função do princípio da soberania alimentar", afirma Edivando.

Edivando e Leônio observam desempenho do milho e da mamona em área experimental do Baixão



► Biodiesel não altera rotina dos agricultores

A longa convivência do sertanejo baiano com a mamona criou uma cultura muito própria de comercialização da oleaginosa, que pouco se preocupa com o destino final do produto. Quando há uma organização maior dos agricultores, algumas cooperativas negociam diretamente com a indústria, mas no geral o destino da produção que sai da propriedade são os galpões dos atravessadores.

Em Itaitê ou Cafarnaum (região de Irecê), por exemplo, o atravessador é quase uma entidade bancária, que recebe qualquer quantia de mamona e paga na hora, ou até adiantado. Mamona pode virar moeda de troca - três quilos de mamona por um quilo de arroz -, o dinheirinho da feira, ou a primeira mesadinha das crianças, que juntam restos e vendem no comércio por dois reais, explica o agrônomo da EBDA Valfredo Vilela.

Na opinião da maioria dos pequenos produtores do Semi-árido baiano ouvidos pelo CMA, a entrada da Petrobras no mercado de mamona do Estado, que se concretizou com a construção da usina de biodiesel no município de Candeias em meados de 2008, resultou, até agora, apenas numa oscilação favorável de preços, pouco alterando a cadeia produtiva da cultura em termos de área plantada ou mesmo quanto às formas de comercialização.

Em Cafarnaum, pequeno município com cerca de 17,5 mil habitantes, a maioria na zona rural, e que é um dos maiores produtores de mamona do país, a Petrobras ou outras indústrias de biodiesel, como a Brasil Ecodiesel, ainda não entraram de verdade no mercado, afirma o agricultor Iranildo Alves dos Santos. Considerado um "grande" produtor - em seus 380 hectares, 70% da produção agrícola é de mamona não consorciada com milho e feijão, culturas que ocupam o restante da área -, Iranildo tem investido em melhoramentos de sementes e manejo, e comemora a alta dos preços impulsionados pelo biodiesel, mas de resto não vê diferença no mercado com a chegada das indústrias de agroenergia na Bahia. "A Petrobras esteve aqui no ano passado, mas fez apenas uma explanação do projeto do biodiesel. Até o momento,

não me interessei, porque aqui temos grande desconfiança depois dos fracassos dos contratos com a Brasil Ecodiesel no passado, que não renderam nada a quem fez”, explicou Iranildo.

Iranildo em sua plantação de mamona: biodiesel não mudou nada



Já o agricultor Firmino Rosa de Souza, que possui 43 hectares divididos com seu filho Joselito, não sabe o que é biodiesel nem quem são os compradores finais de sua pequena produção, que é vendida aos atravessadores. Com a estiagem deste ano, a família de Firmino perdeu praticamente toda a produção de milho e feijão, e a mamona passou a ser um tipo de “seguro de vida”, explicou o agricultor. “Aqui, quando tudo acaba, a nossa sobrevivência depende da mamona, que ainda se segura. Sobre o biodiesel, fico só parado escutando. Não me preocupo pra onde vai a minha mamona, na roça eu só penso mesmo em trabalhar”, explica.

Apesar da esperança de que a mamona, ao contrário das outras culturas, resista ao sol escaldante que secou o sertão no início do ano, Firmino e Joselito nunca pensaram em aumentar a área da oleaginosa. Mas eles também sabem que a produção que se salvar não sustentará a família. Como faz há alguns anos, em abril Joselito já se preparava para migrar temporariamente para Minas Gerais em busca de trabalho na colheita de café, atividade de pouca rentabilidade mas que garante uma renda adicional de R\$ 2 mil, em média.

Como Joselito, mais de cem homens de sua comunidade devem deixar as propriedades em busca de serviço no café ou no corte de cana em outros estados por três a quatro meses, conta o agricultor. “Se tivéssemos um mínimo de condições, se tivéssemos financiamento

para furar um poço e plantar cenoura e tomate irrigados, a gente ficava. Lá fora o sofrimento é demais. Em Minas Gerais, já passei quase uma semana dividindo uma marmita com outro companheiro, porque não tínhamos dinheiro nem encontrávamos trabalho”, diz.

Comparados aos assentados do MST em Itaitê, grande parte dos pequenos agricultores da região de Irecê tem uma renda e uma qualidade de vida bastante inferiores; muito por falta de organização, mas também em função de menos investimentos, avalia o agrônomo



Falta de renda em Cafarnaum obriga Joselito a migrar em busca de trabalho

da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Ariosvaldo Morais. De acordo com ele, a mamona tem a característica de fixar o agricultor no campo, mas a falta de investimentos pode neutralizar este efeito positivo.

Nesse sentido, o “abandono”, por parte da Petrobras, dos produtores que não são vinculados a alguma organização ou movimento, acaba sendo um problema na Bahia, afirma Morais. Segundo ele, um amplo setor de pequenos agricultores acaba ficando sem investimentos e apoio, o que pode impactar ainda mais a cultura da oleaginosa no Estado. “A Petrobras está direcionando todos os recursos para os movimentos sociais, mas como ficam os outros? Na Bahia temos cerca de 60 mil produtores de mamona que não têm acesso aos programas de incentivo da empresa”, pondera Morais.

Firmino de Souza no terreiro com produção de mamona





CAPÍTULO 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Historicamente desenvolvida e difundida no Semi-árido nordestino, região onde a agricultura familiar é dominante, a mamona é uma cultura de uso intensivo de mão-de-obra. Esta característica por enquanto é reproduzida em outras regiões do país para onde a planta tem se expandido, como Sul e Sudeste, e ainda são relativamente poucas as experiências de cultivo - e menos ainda as de colheita - mecanizados da oleaginosa.

Essa “inerência” à agricultura familiar ainda tem excluído do plantio da mamona impactos comuns a outras culturas, como o monocultivo, o uso intensivo de agrotóxicos, a expansão da fronteira agrícola e a consequente pressão sobre as vegetações nativas e territórios de comunidades tradicionais, ou a superexploração do trabalhador, o trabalho escravo, o desemprego rural e os acidentes de trabalho. Também não há indícios de que a oleaginosa esteja ameaçando culturas alimentícias. Por outro lado, talvez por não fazer parte do seletor mundo do agronegócio, a mamona tem sofrido problemas básicos, como a falta de sementes e disseminação das pesquisas já realizadas sobre a cultura.

Segundo o pesquisador e coordenador de agroenergia da Embrapa Clima Temperado de Pelotas (RS), Sergio Delmar dos Anjos e Silva, além do volume insuficiente de sementes, a sua qualidade também tem deixado muito a desejar. No Rio Grande do Sul, apesar dos bons preços praticados em 2008 - nos acordos com a empresa de óleos vegetais e biodiesel Oleoplan, o preço da saca de 60 kg, acertado com os produtores, foi de R\$ 80 - e da resistência da oleaginosa à estiagem (que tem levado a perdas de cerca de 90% de culturas anuais como milho, feijão e soja no noroeste do Estado), a área plantada de mamona deve diminuir bastante em 2009. Se tivessem disponibilidade de sementes, afirma Sergio, os produtores gaúchos sem dúvida aumentariam o cultivo de mamona, podendo até deslocar o milho e a soja em função das condições climáticas.

Do ponto de vista econômico, é possível afirmar que a mamona é uma cultura que reúne uma série de aspectos positivos; mas o maior beneficiado nesta cadeia produtiva é o setor empresarial. Como na Bahia, a mamona do Sul, vendida em São Paulo ou mesmo no Nordeste, também tem mercado garantido junto à indústria química. Pela inclusão no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), porém, a oleaginosa passa a ser um ótimo negócio para as usinas gaúchas, que

produzem combustível a partir da soja e, com a mamona, se beneficiam das vantagens do Selo Combustível Social e do mercado promissor da ricinoquímica. Ou seja, vendem caro um óleo nobre, produzido a partir de matéria-prima incentivada.

Já a agricultura familiar é o setor que mais está à mercê de fatores de risco, como instabilidades climáticas, produtivas e de mercado. É a ponta fraca da cadeia, a que arca com os prejuízos, e que está submetida às políticas de preço, mercado e até produção estipuladas pelas empresas e pelo governo. Por outro lado, diante de um universo de cerca de 4,13 milhões de agricultores familiares no Brasil, a meta inicial de inclusão de 200 mil produtores no PNPB já era irrisória. O fracasso do programa, neste sentido, nos últimos quatro anos, diminuiu ainda mais o seu impacto social.

Também é possível afirmar que, diante de realidades como a constatada entre pequenos agricultores de Cafarnaum (maior produtor de mamona da Bahia), que ano a ano buscam emprego e renda na cana ou no café em outros estados, expondo-se a ameaças como trabalho escravo ou degradante, as políticas de apoio aos produtores ainda são insuficientes (de acordo com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, o fenômeno da migração atinge toda a macro-região de Irecê).

Se a proposta do governo federal for mesmo fortalecer a agricultura familiar por meio do PNPB, os investimentos públicos terão que extrapolar o plantio da mamona e focar o desenvolvimento sustentável tanto das propriedades quanto da região. Parte desse fortalecimento

está na organização produtiva e associativa, principalmente das regiões Norte e Nordeste, e deve prever o avanço dos agricultores na cadeia do biodiesel, possibilitando sua participação no processamento das oleaginosas.

Será preciso, ainda, estender as vantagens do PNPB, hoje oferecidas ao setor empresarial, aos produtores rurais, e garantir a continuidade das políticas de apoio para que possíveis mudanças de governos não interfiram na sua efetividade. Da mesma forma, apesar da atual decisão política da Petrobras de incentivar a mamona e outras oleaginosas da agricultura familiar, é preciso que o governo não se apóie unicamente na estatal como força motriz do PNPB, uma vez que não pode controlar a médio e longo prazos as políticas da empresa.

Se o objetivo do governo com a produção de biodiesel é contribuir para a segurança energética do país e, ao mesmo tempo, desenvolver a agricultura brasileira, é preciso que a agricultura familiar, eleita principal ator deste processo pelo PNPB, receba o mesmo tratamento dispensado por anos ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro ou, indo além, ao parque petrolífero do país.

Por fim, é coerente, por parte do governo, considerar o desenvolvimento de cultivos alternativos à soja uma estratégia política. Diante disso, é preciso que haja uma integração maior entre os ministérios envolvidos nos projetos de agroenergia, os órgãos de pesquisa e as representações dos agricultores para que as definições de políticas para o biodiesel sejam feitas conjuntamente, evitando problemas básicos com sementes, assistência técnica e relações comerciais com o setor privado.



Soja

- 1 Sétimo levantamento da safra 2008/9, divulgado em abril de 2009.
- 2 Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- 3 Esse cálculo considera que o biodiesel em questão foi produzido exclusivamente de soja.
- 4 Enquanto a população do mundo dobrou em 20 anos, o consumo de proteína animal quintuplicou. Recentemente, a China tem encabeçado esse crescimento: há 20 anos, um chinês comia em média 15 Kg de carne por ano; valor que hoje subiu para 38 Kg. Dados do Instituto Wervel, da Alemanha.
- 5 **Flexor, George.** *Preços agrícolas e biocombustíveis num contexto de insegurança alimentar.* Oppa/CPDA/UFRRJ: Rio de Janeiro, maio de 2008.
- 6 O coeficiente de Gini varia de 0 a 1. Zero corresponde à completa igualdade (renda repartida) e 1 equivale à completa desigualdade (uma só pessoa concentra toda renda).
- 7 De acordo com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Fetag-RS), a exceção seria a experiência de Canguçu, no sudeste do estado, destacada no primeiro relatório do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. As dificuldades para consolidação da mamona no estado seriam a falta de familiaridade dos agricultores com a oleaginosa, a falta de assistência técnica especializada e a produtividade relativamente baixa.
- 8 Desde 2007, existem quatro usinas no Rio Grande do Sul com autorização de funcionamento da ANP: Brasil Ecodiesel, BSBios, Granol e Oleoplan. Todas elas possuem o Selo Combustível Social.
- 9 O PIS/Pasep (Programa de Integração Social) e a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) são contribuições sociais de natureza tributária.
- 10 A área plantada caiu de 71,1 mil hectares para 67,6 mil ha no Pará e de 331,6 mil ha para 318,3 mil ha em Tocantins. Em Roraima, a área se manteve estável em 15 mil ha. Já o crescimento no Mato Grosso foi de 5,68 milhões de ha para 5,77 milhões de hectares. E a queda no Maranhão na área da soja foi de 421,5 mil ha para 390,7 mil ha.
- 11 Fonte: http://www.arcplan.com.br/mma/cerrado_fichas_das_areas_prioritarias.pdf
- 12 Dados do ministério do Meio Ambiente destacam que, até 2002, o Cerrado já havia perdido 39% de sua cobertura original. O Pampa, que também é bastante ameaçado pela expansão da soja, havia perdido quase a metade de sua extensão original, ao passo que a Caatinga, ameaçada em grau menor pelo avanço da monocultura do grão, havia perdido 36%. A Mata Atlântica é o bioma com a vegetação nativa mais devastada, tendo perdido 73% de sua cobertura original. E o Pantanal é o bioma extra-amazônico mais preservado, com 87% de sua cobertura nativa intacta.
- 13 Sobre pecuária e desmatamento na Amazônia, ver estudos da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira (<http://www.amazonia.org.br/arquivos/308285.pdf>) e do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) (http://www.imazon.org.br/novo2008/arquivosdb/120849pecuaria_mudancas_climaticas.pdf)
- 14 Ver matéria “*Ruralistas querem excluir Maranhão da Amazônia Legal*”, na Agência Repórter Brasil (<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1485>)
- 15 Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai) existem atualmente 22 Terras Indígenas em Rondônia. Somadas, essas áreas totalizam pouco mais de 6,1 milhões de hectares, o equivalente a cerca de 25% do território do Estado. Povos de 28 etnias indígenas distintas vivem nesses territórios, com uma população de cerca de 9 mil indígenas.

- 16 Resolução 3.545 do Conselho Monetário Nacional / Banco Central, de fevereiro de 2008.
- 17 Informações do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Ver: <http://www.imazon.org.br/novo2008/arquivosdb/QuemDonoAmazonia.pdf>
- 18 Informações do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ver: www.mda.gov.br/arquivos/1726920047.pdf
- 19 **Mopic**. *Carta dos Povos Indígenas do Cerrado*. Mato Grosso do Sul, 13 de dezembro de 2007.
- 20 **Mopic**. *Carta final - 2ª. Assembléia Geral da Mopic*. Mato Grosso, 12 de dezembro de 2008.
- 21 **Repórter Brasil**. *O Brasil dos agrocombustíveis - os impactos da lavoura sobre a terra, o meio e a sociedade. Soja Mamona, 2008*. São Paulo: Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, 2008.
- 22 Entrevistamos pesquisadores e gestores da Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpin-Sul), do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (Famato), da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Socioambiental (ISA), do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério Público Federal (MPF), da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (Mopic) e da Operação Amazônia Nativa (Opan).
- 23 **Greenpeace**. *Comendo a Amazônia*. Brasil, 2006.
- 24 O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) era o órgão indigenista do governo federal, antecessor da Funai.
- 25 Ecoplan. EIA-Rima, PBA e assessoria técnica para o licenciamento das obras da pavimentação da BR-158/MT. Brasil: fevereiro de 2007.
- 26 É importante destacar que os dados foram obtidos pelo sistema Deter - Detecção do Desmatamento em Tempo Real, mais apropriado para a função que lhe dá nome do que para análise de séries históricas de desflorestamento. Além disso, grande parte da Amazônia Legal esteve encoberta por nuvens no período (63% em novembro, 86% em dezembro e 76% em janeiro), o que dificultou o monitoramento por satélites.
- 27 **Gomide, Maria Lúcia**. *Marãñã bödödi - a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró*. Tese defendida no doutorado em Geografia Física da USP em março de 2009.
- 28 Mantivemos a transcrição do depoimento feita pela pesquisadora, preservando o modo de falar do informante indígena.
- 29 Estatuto do Índio (Lei 6001/1973).
- 30 A primeira Medida Provisória do governo Lula autorizando o plantio de soja transgênica no Rio Grande Sul.

Mamona

- 1 Castor-based chemicals are making a comeback, but few companies have the technology to participate as innovators, 03.04.09 - <http://www.icis.com/Articles/2009/04/03/9206058/castor-chemical-development-increases.html>
- 2 Informações do MDA.
- 3 Boletim mensal dos combustíveis renováveis, MME - fevereiro de 2009.
- 4 O Brasil dos Agrocombustíveis - Impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade: soja e mamona - http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v1.pdf
- 5 De acordo com a série histórica do IBGE.

6 Preços de fevereiro de 2009 de acordo com levantamento da Aboissa Óleos Vegetais.

7 O óleo de mamona na ricinoquímica é um dos principais componentes de cerca de um terço das graxas para motores, além de tintas, cosméticos, detergentes, pigmentos, colas, resinas, poliuretanos, peças automotivas, cabos para telefonia, entre outros.

8 No início de março, as perdas do feijão e do milho podem ter chegado a mais de 80%, segundo análise preliminar dos agrônomos da EBDA. A mamona, que, no último levantamento de 17 de fevereiro, não havia sofrido perdas, em função da estiagem também terá uma produção menor ao final da safra, estima a EBDA.

9 Dados da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) em março de 2009.

10 Cotação nacional de culturas divulgada pelo MDA.